

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO  
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA**

**Angela de Mello Godoy**

**A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO TRABALHO  
E A LEI DE COTAS**

**Estudo de caso**

**Porto Alegre**

**2011**

**Angela de Mello Godoy**

**A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO TRABALHO  
E A LEI DE COTAS**

**Estudo de caso**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia do Curso de Biblioteconomia da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientação: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Eliane Lourdes da Silva Moro

**Porto Alegre**

**2011**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

Reitor: Prof. Dr. Carlos Alexandre Netto

Vice Reitor: Prof. Dr. Rui Vicente Oppermann

**FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO**

Diretor: Prof. Esp. Ricardo Schneiders da Silva

Vice Diretora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Regina Helena van der Laan

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO**

Chefe: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Maria Mielniczuk de Moura

Vice Chefe: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sônia Elisa Caregnato

**COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DA BIBLIOTECONOMIA**

Coordenadora: Prof<sup>a</sup>. Me. Glória Isabel Sattamini Ferreira

Vice Coordenadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Samile Andréa de Souza Vanz

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

G588i Godoy, Angela de Oliveira Mello

A inclusão das pessoas com necessidades especiais no trabalho e a Lei de Cotas: um estudo de caso [manuscrito] /Ângela de Oliveira Mello Godoy ; Eliane Lourdes da Silva Moro [orientadora]. – Porto Alegre, 2011.  
64 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Porto Alegre (RS), 2011.

1. Biblioteconomia. 2. Pessoas com Necessidades Especiais. 3. Inclusão no Trabalho. 4. Inclusão Social. 5. Lei de Cotas. I. Moro, Eliane Lourdes da Silva. II. Título.

CDU 02:658.3

Departamento de Ciências da Informação  
Rua Ramiro Barcellos, 2705, Bairro Santana  
Porto Alegre/RS – CEP: 90.035-007  
Tel: (51) 3308.5067  
Fax:(51) 3308.5435  
E-mail: [dc@ufrgs.br](mailto:dc@ufrgs.br)

**Angela de Mello Godoy**

**A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO TRABALHO  
E A LEI DE COTAS**

**Estudo de Caso**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Aprovada em 07 de dezembro de 2011.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Eliane Lourdes da Silva Moro

---

Prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Lizandra Brasil Estabel

---

Prof<sup>a</sup>. Esp. Helen Rose Flores de Flores

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço imensamente a Deus pela sua constante presença em minha vida. Sem Ele certamente nada poderia fazer nem conquistar.

Agradeço a minha irmã, Maria Ivone de Mello, pelo incentivo, estímulo, confiança e por acreditar que poderia vencer as barreiras. Por acreditar nesta profissão com todas as forças e dedicação que sempre vi desempenhares em tantos anos de trabalho. Por me mostrar o que é amar uma profissão acima até de ti mesma. Obrigada por me ensinar a amá-la também.

Ao meu marido, Mário Genaro, pela constante ajuda apoio nas horas difíceis e porque não dizer, por ter praticamente me obrigado a continuar quando no vestibular pensei em não ir fazer as últimas provas. Muito obrigada pelo carinho, força, paciência quando tiveste que ser pai e mãe sozinho.

As minhas filhas Letícia e Jéssica pelo carinho e compreensão nas horas em que estive ausente. Nas horas em que ri e chorei na frente do “inseparável” computador. Amo vocês.

Aos meus familiares, amigos e irmãos em Cristo pelas constantes orações por mim.

As “gurias” da Odonto (Rejane, Norma, Eloísa, Nilza, Ida) e a todos os colegas que por ali passaram e com os quais fiz uma amizade real e verdadeira para sempre. Vocês são muito importantes para mim.

A todos os colegas de Faculdade, companheiros de batalha. Em especial a Mariana Castro, a Laís “Frozinha” e a Adriana Monte-Mor que sempre me ajudaram, nas correrias das provas, nos surtos dos trabalhos da Ida, Van der Laan, Jussara e tantos outros. Nas cadeias produtivas, nos thesaurus, enfim... Nos momentos alegres, tristes, loucos desta trajetória. Nos fóruns, nas viagens a todos os cantos. Que nossa amizade vença o tempo e continuemos bem assim: JUNTAS!!!

As professoras que nos deram noções de ética, perseverança, fé nesta profissão. Que nos fizeram acreditar na Biblioteconomia como um campo a ser desbravado, um jardim a ser regado dia após dia e do qual colheremos flores e espinhos mas, que bem trabalhado nos trará dias de grandes alegrias.

As queridas orientadoras que com imensa paciência, dentro de todas as suas atividades, que não são poucas, não mediram esforços em ajudar, estimular,

incentivar para que este trabalho existisse, até mesmo nas horas em que pensávamos em desistir. Meu muitíssimo obrigado as Prof<sup>a</sup>. Eliane Moro e Lizandra Estabel por me mostrar o “lado humano” de nosso curso. Levarei vocês em meu coração para sempre.

Obrigada a prof<sup>a</sup> Helen Flores que com carinho aceitou participar de minha Banca.

E a todas as pessoas que de alguma forma contribuíram em minha vida para que hoje tudo isto estivesse acontecendo. Obrigado a todos.

Angela Mello Godoy

***Se os meus olhos não me deixam obter informações sobre homens e eventos, sobre idéias e doutrinas, terei de encontrar uma outra forma." (Louis Braille)***

## RESUMO

Este estudo trata da Inclusão de Pessoas com Necessidades Especiais no Trabalho e a Lei de Cotas. Através de um estudo de caso analisa a atuação destas PNEs no trabalho e de como as organizações consideram esta atuação ao desenvolver suas funções como profissional frente a esta Lei. Tem como contexto uma biblioteca escolar e uma biblioteca universitária e como sujeitos dois de seus funcionários com necessidades especiais mais a sua diretoria imediata. Um com limitações visuais e um com limitações físicas. Este segmento da sociedade tem crescido vertiginosamente senão por doenças genéticas ou adquiridas, mas também pela grande violência em nossos dias. Assim a necessidade de habilitar e reabilitar estas pessoas se faz cada vez mais crescente a cada dia. Muitas leis, normas e decretos, ações governamentais têm sido criados para garantir esta atuação. A lei de Cotas é uma delas. Diante disso verifica através de uma pesquisa qualitativa utilizando como instrumento de coleta de dados a entrevista de que forma as pessoas com necessidades especiais e as instituições traçam entendimento no que se refere à Lei de Cotas e as funções por eles desempenhadas. A partir das análises de dados verificou-se que a inclusão dos PNEs na sociedade é um fato. Porém analisou-se também que as empresas ainda estão despreparadas para recebê-los. A idéia de que os PNEs não têm capacidade intelectual ou não estão qualificadas para exercer atividades de cunho trabalhista não foi verificada visto que todo o entrevistado tem uma titulação técnica ou superior. Percebe-se que ainda existe um misto de estigma e desconhecimento em relação aos PNEs e esta generalização indevida acarreta o fato de serem contratados apenas para cumprir a Lei. Muitas instituições ainda fazem a seleção de seus futuros funcionários PNEs, não pela sua competência, mas sim pelo tipo de sua deficiência. Não existe estrutura para receber as pessoas. As instituições delegam a adaptação destas pessoas aos setores onde elas vão trabalhar e as chefias que vão coordená-las. Ainda não possuem a cultura de desenvolver um trabalho de apoio que favoreça a ambos.

**Palavras – chave:** Necessidades Especiais. Inclusão no Trabalho. Inclusão Social.  
Lei de Cotas.



## RESUMEN

Este estudio trata sobre la Inclusión de Personas con Discapacidad en el Trabajo y la Ley de Cuotas. A través de un estudio de caso se analiza el desempeño de estas NHSP en el trabajo y cómo las organizaciones consideran que esta labor de desarrollo de sus funciones profesionales como la cara de esta ley tiene como contexto una biblioteca escolar y una biblioteca de la universidad y cómo dos de sus empleados sujetos a necesidades especiales de su consejo de administración más inmediata. Una discapacidad visual y personas con limitaciones físicas. Este segmento de la sociedad ha crecido de forma espectacular, pero por genética o adquirida, sino también por una gran violencia en la actualidad. De ahí la necesidad para habilitar y rehabilitar a estas personas es cada vez más crece día a día. Muchas leyes, reglamentos y decretos, las acciones gubernamentales se han desarrollado para garantizar este rendimiento. La ley de cuotas es uno. En este control a través de la investigación cualitativa utilizando como instrumento una entrevista de recopilación de datos como las personas con discapacidad y las instituciones dibujar entendimiento en relación con la Ley de Cuotas y las funciones que realiza. Del análisis de datos se encontró que la inclusión de la NHSP en la sociedad es un hecho. Sin embargo, también se analizó que las empresas todavía no están preparados para recibirlos. La idea de que la NHSP no tiene la capacidad intelectual o no calificado para el trabajo orientado a las actividades no se ha verificado ya que todos los entrevistados tiene una técnica de valoración o superior. Se puede ver que todavía hay una combinación de estigma y la ignorancia acerca de la NHSP y esto hace que la generalización indebida que ha sido contratado sólo para cumplir con la ley, muchas instituciones aún hacen la selección de NHSP futuros empleados, no por su competencia, pero sino por el tipo de discapacidad. No existe una estructura para recibir a las personas. Las instituciones delegado de la adaptación de estas personas a los sectores en los que van a trabajar y los directivos que se coordinarán. Aún así no tiene que desarrollar una cultura de trabajo de apoyo que favorece tanto.

**Palabras- clave:** Necesidades Especiales. La inclusión en el trabajo. La inclusión social. Ley de cuotas.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b>	<b>Distribuição territorial e número de beneficiários entre 16 e 45 anos.....</b>	<b>36</b>
<b>Quadro 2</b>	<b>Regiões de Cras Seleccionadas.....</b>	<b>37</b>
<b>Quadro 3</b>	<b>Metas de beneficiários - Adesões ao programa.....</b>	<b>38</b>

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1: Presidente Dilma Rousseff e o Plano Nacional.....</b>	<b>32</b>
--	-----------

## LISTA DE SIGLAS

- BE** – Biblioteca Escolar
- CE** – Comissão de Educação Cultura e Esporte
- CRAS**- Centro de Referência de Assistência Social
- FASC** - Fundação de Assistência Social e Cidadania
- FEBAB** - Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários
- FUNDEB** - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IFLA** –International Federation of Library Associations
- IFRS** – Instituto Federal do Rio Grande do Sul
- LIBRAS** – Língua Brasileira de Sinais
- MDS**- Ministério do Desenvolvimento Social
- MEC** - Ministério da Educação e Cultura
- MG** – Estado de Minas Gerais
- MTE** - Ministério do Trabalho e Emprego
- OIT** - Organização Internacional do Trabalho
- OMS** – Organização Mundial da Saúde
- ONU** – United National Organization
- PDT-DF** - Partido Democrático Trabalhista – Distrito Federal
- PLC** – Projeto de Lei da Câmara
- PNEs** - Pessoas com Necessidades Especiais
- PRONATEC**- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
- PUCMG** – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
- RS** – Estado do Rio Grande do Sul
- UFRGS** – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- UNESCO** - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	AS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS (PNEs).....	17
2.1	Vygotsky e a Superação da Limitação.....	19
2.2	Direito e Diversidade da Deficiência.....	20
2.3	Responsabilidade Social Empresarial e a Integração.....	21
3	LEGISLAÇÃO BRASILEIRA EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS.....	23
3.1	Lei de Cotas.....	23
3.2	Direitos do Homem.....	24
3.3	Declaração de Salamanca.....	26
3.4	Decreto 6571/2008 – Atendimento Educacional Especializado.....	30
3.5	Convenção da Guatemala.....	32
3.6	Convenção 159/83.....	33
3.7	Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite.....	33
3.7.1	<i>Benefício da Prestação Continuada – BPC.....</i>	34
3.7.2	<i>BPC na Escola.....</i>	35
3.7.3	<i>BPC Trabalho.....</i>	36
4	BIBLIOTECA: Agente Integrador.....	40
4.1	Bibliotecas Universitárias.....	40
4.2	Bibliotecas Escolares.....	42
5	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	45
6	CONTEXTO DO ESTUDO.....	46
7	SUJEITOS.....	48
7.1	Sujeito A.C. com Limitação Visual.....	48
7.2	Sujeito M.C. com Limitação Física.....	49
7.3	Chefia 1- Bibliotecária de Escola.....	49
7.4	Chefia 2 – Bibliotecária da Universidade.....	50
8	ANÁLISE DOS DADOS.....	51
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59

<b>10 CONCLUSÕES.....</b>	<b>61</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>62</b>
<b>APÊNDICE A – Roteiro da Entrevista.....</b>	<b>66</b>
<b>APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....</b>	<b>67</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A partir da revisão de literatura sobre a inclusão de Pessoas com Necessidades Especiais (PNEs) no trabalho, leis, normas, responsabilidade social das instituições este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), através de estudo de caso, tece considerações a respeito da Lei de Cotas e de como as organizações consideram a atuação das PNEs no desenvolvimento de suas funções como profissional frente a esta lei.

Este relatório científico apresenta inicialmente uma breve explicação de como a legislação regulamenta a palavra “deficiência” ou “incapacidade”. Define ainda o conceito sobre deficiência visual e deficiência física o que auxiliará o entendimento das necessidades das pessoas que farão parte das investigações bem como procura deixar claro os tipos de organizações (bibliotecas) onde exercem suas atividades e que também farão parte desta pesquisa.

O trabalho vem se modificando ao longo da história, acompanhando o natural desenvolvimento humano e das relações sociais. Atualmente ele engloba vários fatores relevantes e estabelece leis e normas que tornam mais segura a atuação profissional. Complementarmente à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), principal norma legislativa do Brasil que regulamenta o direito ao trabalho e o direito processual do trabalho, tanto para o empregado quanto para o empregador, existem outras leis que auxiliam e especificam melhor as condições a que determinados tipos de trabalho e determinados tipos de empregados devem ser submetidos. Dentre estas leis pode-se destacar a Lei de Cotas (art. 93 da Lei n.º 8.213/91), que é a regulamentação que estabelece a obrigatoriedade às empresas da reserva legal para o provimento de cargos por PNEs. O motivo pelo qual passei a me interessar por estes assuntos está no fato de que em meu círculo familiar sempre convivi com PNEs. A partir desse contexto, passei a observar que estas pessoas podem se desenvolver e ter uma atuação real no meio em que vivem, assim como podem trabalhar superando as suas limitações através da supercompensação.

Também observei durante a minha vida acadêmica e os estágios por onde passei que os gestores destas PNEs estão na maioria das vezes interessadas, talvez pelo desconhecimento destes fatos, apenas em cumprir a lei de cotas. Os estudos realizados sobre a efetiva participação no mundo do trabalho das PNEs dão conta de que este segmento da população tem crescido cada vez mais, pois ou

nascem ou adquirem ao longo da vida algum tipo de deficiência e a necessidade de habilitar e reabilitar estas pessoas se faz cada vez mais crescente a cada dia.

Neste sentido este trabalho se justifica pela sua colaboração no processo de compreender a inclusão de PNEs no mercado do trabalho, a sua aceitação como profissional capaz ou não de exercer as funções que lhes são atribuídas e também verificar como as organizações consideram esta atuação mediante a lei de cotas. Este estudo pode se caracterizar como contribuição e estímulo a um melhor entendimento entre PNEs e organizações na aplicação da referida lei.

Este trabalho se apresenta como um estudo de caso, tendo como contexto uma biblioteca escolar e uma biblioteca universitária e como sujeitos dois de seus funcionários com necessidades especiais mais a sua diretoria imediata. Dois deles com limitações visuais e um com limitações físicas.

O problema de pesquisa tem como foco a seguinte questão: como as PNEs atuam no desenvolvimento de suas funções, no trabalho, mediante o cumprimento da Lei de Cotas?

O objetivo geral deste estudo consiste em verificar a atuação de PNEs no desenvolvimento de suas funções e como são vistas pelas organizações onde esta atuação acontece mediante o cumprimento da Lei de Cotas. Os objetivos específicos se constituem em identificar os problemas e dificuldades, através das narrativas vivenciadas pelas PNEs para inserção no mercado de trabalho em relação a lei de cotas; observar a relação das organizações com as PNEs no cumprimento das atribuições a elas delegadas e o cumprimento da Lei de Cotas; analisar como as organizações consideram a atuação das PNEs no desempenho das funções em bibliotecas mediante o cumprimento da referida Lei; verificar se ocorre a inclusão das PNEs através da atuação profissional em bibliotecas no cumprimento da Lei de Cotas a partir da análise dos dados coletados na pesquisa com o instrumento de entrevista para responder a investigação.



## 2 PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS (PNEs)

Desde os tempos remotos muitos tem sido o “nome” utilizado para identificar as pessoas que não se enquadram dentro do chamado “padrão da normalidade”. Incapaz, deficiente, especial, aleijado, entrevado são alguns deles. As diferenças sempre foram tratadas conforme cada cultura e cada época. Crenças, mitos, pensamentos religiosos eram determinantes de atitudes fossem elas segregação social, eliminação, acolhimento, divinização e outras. Na Antigüidade muitos povos por sua característica nômade e, portanto sujeitos a constantes deslocamentos tinham a necessidade de que cada um pudesse tomar conta de si e ainda ajudar aos outros na sobrevivência da espécie.

Segundo Bianchetti, (2004, p.28)

É indispensável que cada um se baste por si e ainda colabore com o grupo. É evidente que alguém que não se enquadra no padrão social e historicamente considerado normal, quer seja decorrente do seu processo de concepção e nascimento ou impingido na luta pela sobrevivência, acaba se tornando um empecilho, um peso morto, fato que o leva a ser relegado, abandonado, sem que isto cause os chamados “sentimentos de culpa” característicos da nossa fase histórica.

Na Grécia a prática da eliminação sumária de crianças com alguma deformidade física era prática comum. Os gregos valorizavam muito o corpo perfeito, a ginástica, a dança, as habilidades físicas para a guerra. Era degradante e humilhante ter uma criança assim. Assim sendo a criança que não correspondesse a esta complexão estética era eliminada.

Na Idade Média prevalecia a influencia da Igreja e de seus dogmas. Acreditava-se que as deformidades eram uma marca imposta pelos deuses por alguma falha cometida pelos pais ou pela união da mulher com o demônio.

De acordo com Bianchetti (2004, p.30)

Corpos e condutas que se destacassem por alguma diferença em relação ao padrão vigente eram imediatamente atribuídos a alguma ligação com o demônio, muitas crianças e suas respectivas mães foram levadas às fogueiras. Esse foi o destino de milhares de pessoas que apresentavam, no corpo, alguma diferença considerada anormal, ou que se comportavam de maneira tida como inadequada.

Com o passar do tempo, ainda na Idade Média a Igreja “vislumbrou” uma nova concepção para as diferenças. A causa foram as Cruzadas, guerras políticas religiosas que mutilaram muitas pessoas.

Conforme Pereira

As mutilações são comuns em qualquer operação militar, e nas Cruzadas não foi diferente. Seria, todavia contraditório para a Igreja afirmar que quem ficara cego durante a participação nas Cruzadas – portanto ao atender aos apelos da Igreja, na luta pela fé cristã – fora punido por algum pecado. As mutilações então ocorridas demonstraram que a diversidade funcional possui objetivamente outras causas que não as sobrenaturais, daí a atitude acolhedora da Igreja, criando instituições de amparo àqueles expedicionários. (2009, p. 720)

Os cegos, vindos da guerra, passaram então a ter outro tratamento, não menos cruel que a eliminação. Eram acolhidos em asilos e segregados, mas já não considerados pecadores, porque como explicar que quem lutou pela cruz pudesse ter sido mutilado pelo pecado.

No século XVI, as concepções começaram a mudar. Pessoas começaram a “pensar”. O Renascimento e a diminuição da influencia da igreja desencadearam uma nova concepção sobre as diferenças.

Segundo Bianchetti (2004, p. 33)

A partir desse século as diferenças deixaram de pertencer exclusivamente ao campo de influência da Igreja e do sobrenatural, para se tornar objeto de estudo da medicina (...) questionando seu aspecto sobrenatural e considerando-a doença.

A medicina e seus avanços somados as teorias mecanicistas do universo deu ao corpo status de máquina e como tal as doenças e disfunções passaram a ser consideradas como uma anormalidade de um dos componentes desta máquina. A partir daí muita teorias foram criadas, muitos estudiosos passaram a se interessar por estes excluídos e a entender suas dificuldades e limitações, mas ainda mais por seus processos de supercompensação e superação. Vygotsky é um deles.

## 2.1. Vygotsky e a Superação da Limitação

Em seus estudos, no século XX, Vygotsky fala sobre a personalidade da criança com necessidades especiais. Para ele existe a idéia de que a deficiência desenvolve duplo papel em seu desenvolvimento (VYGOTSKY, c1997). Esta teoria na área da defectologia é vista em dois momentos: primeiramente como debilidade, limitação e diminuição do desenvolvimento e, por conseguinte, pelas dificuldades que advém delas resulta em um avanço intenso e acentuado. É o que podemos chamar de supecompensação ou superação.

Para ele toda deficiência tem seu processo compensatório e não poderia ser vista apenas como doença, mas devia se vista em seus processos de superação no desenvolvimento e na conduta da criança. Segundo ele “Todo o defeito cria um estímulo para elaborar uma compensação. [...] junto com as deficiências, estão dadas as forças, as tendências, as aspirações a superá-lo ou nivelá-lo. (VYGOTSKY, c1997, p.14 - 15).

A superação não é um fenômeno biológico, nem uma reorganização interior do indivíduo, mas uma peculiaridade de suas relações sociais. Para Vygotsky (1997 p.20) “el niño con defecto no es inevitablemente un niño deficiente. El grado de su defecto y su normalidad depende del resultado de la compensación social, es decir, de la formación final de toda su personalidad”.

Conforme as afirmações de Vygotsky (1997) o meio tem influência direta no desenvolvimento da criança com deficiência. A necessidade de enfrentamento com os obstáculos cria desvios necessários quando ela não pode realizar algo de forma direta. Ela criará mecanismos que busquem o equilíbrio nas funções adaptativas ao convívio social. A consciência de sua limitação será uma mola propulsora de seu desenvolvimento psíquico. Poderá a partir desta consciência, atender aos “estímulos” da superação e da supercompensação ou entregar-se ao sentimento de piedade, debilidade e compaixão por si mesmo afastando assim a chance de uma vida social e psíquica normal.

Nesse sentido Vygotsky (1997) em seus estudos acha necessária a desmistificação de que pessoas com deficiências de algum de seus sentidos têm outros super desenvolvidos. Segundo ele “seus órgãos são biologicamente como os

das demais, diferenciam-se apenas funcionalmente. Isto porque outro órgão acaba sendo melhor estimulado pelo sistema nervoso central, a fim de compensar a limitação do órgão afetado”.

Para Vygotsky (1997) o desenvolvimento da criança se dá de duas formas. A real e a potencial: a primeira representa o que a criança pode fazer sozinha e a segunda o que ela poderá realizar a partir da imitação ou do auxílio de outra pessoa capacitada.

## 2.2 Direito e Diversidade da Deficiência

Para falar a respeito deste tema algumas definições se fazem necessárias. O dicionário Houaiss (2003, p. 926) dá o seguinte significado à palavra deficiente: “aquele que sofre ou é portador de alguma deficiência”. O Artigo 3º, inciso I do Decreto nº. 3.298 de 20 de dezembro de 1999 regulamenta a “deficiência” ou “incapacidade” como

toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;  
 II - deficiência permanente - aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos; e  
 III - incapacidade - uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida.

A legislação brasileira e internacional garante o acesso ao trabalho para as pessoas com deficiência. A atual Constituição prevê garantias a estas pessoas chamadas “deficientes”. O Artigo 7º inciso XXXI garante a “proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência”. A habilitação e reabilitação destas pessoas também são garantidas permitindo sua ampla inclusão na sociedade. A sociedade não deve espantar-se com o fato destas pessoas realizarem tarefas comuns a todos os cidadãos. Ter profissão, carreira, autonomia e sonhos são mais que natural.

É necessário pensar o sujeito para além da sua deficiência, criando possibilidades alternativas de desenvolver capacidades e conhecimentos dentro de

suas limitações. Esquecemos que em um corpo com deficiência existem outras identidades que falam do sujeito. Esse é o desafio da diversidade.

Para melhor entender as necessidades das pessoas que farão parte desta pesquisa alguns conceitos são necessários de serem explicados. Para Campbell é considerada pessoa portadora de deficiência física “aquela que apresenta alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo acarretando o comprometimento da função física [...], também segundo ele deficiência visual “é a redução ou perda total da capacidade de ver com o melhor olho e após a melhor correção ótica possível”. Segundo dados do IBGE (2005), no país 48,1% do total de pessoas com deficiência possuem deficiência visual, 27,1% deficiência física, 16,6% deficiência mental e 8,2% deficiência auditiva.

A Resolução da ONU nº. 47/3, de 14 de outubro de 1992, define como Dia Internacional das Pessoas com Deficiência o dia 03 de dezembro. Esta data foi instituída porque coincide com o dia da adoção do Programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência pela Assembléia Geral da ONU, em 1982.

### **2.3 Responsabilidade Social Empresarial e a Integração**

Combater o preconceito e reconhecer as desigualdades sociais deve permear as idéias das organizações empresariais e as práticas de negócios. Promover a igualdade de chances para as pessoas com necessidades especiais, oferecer possibilidade de desenvolvimento de talentos e de desenvolver seus potenciais deve ser prioridade no universo social dos negócios.

No momento em que lhe são dadas as condições para interagir e aprender, explicitando o seu pensamento, o indivíduo com deficiência mais facilmente será tratado como um "diferente-igual"... Ou seja, "diferente" por sua condição de portador de necessidades especiais, mas ao mesmo tempo "igual" por interagir, relacionar-se e competir em seu meio com recursos mais poderosos, proporcionados pelas adaptações de acessibilidade de que dispõe. Ele é visto como "igual", portanto, na medida em que suas "diferenças" cada vez mais são situadas e se assemelham com as diferenças intrínsecas existentes entre todos os seres humanos. Esse indivíduo poderá, então, caminhar no sentido da superação do preconceito. Conquistando respeito com a convivência, sua auto-estima cresce e ele passa a explicitar melhor seu pensamento e a revelar seu potencial (GALVÃO FILHO e DAMASCENO, 2003, p. 42).

Organizações que se preocupam com o cunho social e com o resgate da cidadania diversificando suas contratações, enfocando a capacidade da pessoa e não as deficiências alcançam mais benefícios comerciais e melhoram a sua imagem institucional. Projetos e parcerias com entidades especializadas e o setor privado voltados para as PNEs promovem a diversidade e a inclusão social influenciando na transformação na sociedade. Empresas, socialmente responsáveis, devem estimular o envolvimento destas pessoas em todos os setores da cadeia produtiva. Adaptar produtos e serviços a eles e as suas necessidades ampliam o alcance dos negócios. Adaptação de softwares, equipamentos, eletrodomésticos, carros podem propiciar ganhos de imagem e prestígio a empresa e também trazer práticas menos segregacionistas. A integração diz respeito a toda a sociedade e um dos passos para esta integração é a inclusão das PNEs no trabalho, através da legislação vigente que deve ser respeitada e seguida.

### **3 A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS**

O Brasil é considerado um dos países mais avançados no que diz respeito à legislação para pessoas com deficiência. Entre as leis atribuídas a esta parcela da população está a Lei de Cotas, uma das mais importantes alavancas para a inserção deste público no mercado de trabalho.

#### **3.1 Lei de Cotas**

A Organização Mundial da Saúde (OMS) revela que um percentual de 10% da população mundial apresenta algum tipo de deficiência. Isto se deve a alguns aspectos relevantes como desemprego, baixa renda, sistema de saúde pública precária, violência urbana, álcool, drogas, acidentes de trânsito. Estima-se que no Brasil existem cerca de 24 milhões de pessoas com necessidades especiais segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000). Destas, 60% estão em idade de trabalhar, porém apenas 5% estão empregados. A alegação para este fato é que a lei não se cumpre por falta de pessoal preparado para o trabalho ou por acomodação do empresariado.

Dados do Ministério da Educação (MEC) mostram que de 419 mil alunos com deficiência matriculados no ensino fundamental, somente 11 mil vão para o ensino médio e destes, ínfimos 0,1% do total, se matriculam em uma universidade. Estas informações são de extrema relevância, já que a falta de capacitação deste público prejudica a sua inserção em diversos setores da sociedade, entre eles no mercado de trabalho.

A Lei de Cotas para pessoas com deficiência pretende minimizar este fato. De acordo com Ministério do Trabalho e Emprego (MTE, 2007) nos termos da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, art. 93 as empresas com mais de cem empregados devem contratar pessoas com deficiência nas seguintes cotas

- a) até 200 empregados: 2%;
- b) de 201 a 500: 3%;
- c) de 501 a 1.000: 4%;
- d) de 1.001 em diante: 5%.

Segundo o Artigo 36, alínea “d”, da Recomendação nº 168 da OIT a empresa ou organização, sempre que possível, deve verificar a possibilidade de desmembrar as funções de forma a adequar o cargo as peculiaridades dos candidatos.

O Brasil vem apresentando um considerável avanço com relação à empregabilidade de pessoas com deficiência, mas ainda há um grande caminho a percorrer. Ao registrar este avanço, é importante considerar as questões dos direitos humanos e da cidadania em relação à inclusão das PNEs.

### **3.2 Direitos do Homem**

Os direitos do homem sempre foram debatidos ao longo dos séculos. Para filósofos e juristas estes direitos começaram com o Cristianismo, onde para Deus todos os homens são iguais. Para os racionalistas todos os homens são naturalmente livres e possuem direitos dentro de uma sociedade.

Em 26 de agosto de 1789 na França foi aprovada a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão baseada nos ideais liberais da Revolução Francesa, sendo reformulada em 1793. Esta Declaração inspirou também as constituições francesas de 1848 e a atual.

Para alguns os direitos humanos são direitos que os indivíduos têm naturalmente ao nascer. Existem também os direitos civis que respeitam os limites territoriais e são estabelecidos pelas nações. Para que estes direitos fossem considerados e reconhecidos muitas lutas foram travadas e em muitos casos o são até os dias de hoje.

Igualdade de cor, credo ou raça foram clamadas por longo tempo. Direito ao voto, direito das mulheres ao voto, liberdade de expressão propiciaram grandes avanços para a sociedade. Mas ainda há muita coisa a ser feita e muitas lutas ainda vem sendo travadas para que outros direitos civis sejam reconhecidos. A luta não acaba, muitos ainda são os caminhos a percorrer para termos uma sociedade realmente justa, inclusiva e integradora onde o ser humano participe como sujeito de seu destino.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos Promulgada pela Organização das Nações Unidas (ONU) foi criada em 24 de outubro de 1945 após o



horror de duas grandes guerras. É formada por países voluntários com o objetivo de lutar pela paz e o desenvolvimento mundial. A Carta das Nações Unidas foi elaborada pelos representantes de 50 países presentes à Conferência sobre Organização Internacional.

Segundo a Carta das Nações Unidas seus propósitos são:

1. Manter a paz e a segurança internacionais;
2. Desenvolver relações amistosas entre as nações;
3. Realizar a cooperação internacional para resolver os problemas mundiais de caráter econômico, social, cultural e humanitário, promovendo o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais;
4. Ser um centro destinado a harmonizar a ação dos povos para a consecução desses objetivos comuns.

Em 10 de dezembro de 1948 a ONU promulga a Declaração dos Direitos Humanos, pela resolução 217 A (III) na Assembléia Geral das Nações Unidas com abrangência internacional com o intuito de evitar o surgimento de uma nova guerra com as dimensões que teve a 2ª Guerra Mundial.

Por considerar que a dignidade humana, seus direitos iguais e inalienáveis constituem fundamento para a liberdade, justiça e paz no mundo, bem como outros atributos a Assembléia Geral proclamou esta Declaração a fim de que todos os indivíduos, todos os povos e nações se esforcem em respeitar estes direitos e liberdades promovendo assim a ordem nacional e internacional. Para exemplificar, pode-se citar alguns artigos desta Declaração:

Art.1- Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.[..]

Art.3- Todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Art. 7- Todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm direito a igual proteção da lei. Todos têm direito a proteção igual contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.[...]

Art. 25- 1. Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade.

Art. 26- 1. Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito.

2. A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz.

Esta Declaração, por sua relevância, tem servido de fundamento para muitas constituições, tratados internacionais e muitas leis nacionais na promoção e proteção dos direitos humanos.

Dentre estes está um dos principais documentos mundiais que visam à inclusão social, a Declaração de Salamanca. Apresenta os Procedimentos Padrões das Nações Unidas para Igualar as Oportunidades para Pessoas com Necessidades Especiais.

### **3.3 Declaração de Salamanca**

A Convenção de Salamanca, realizada na Espanha em 1994, consolidou, juntamente com a Convenção dos direitos da Criança e a Declaração sobre Educação para Todos, a Educação Inclusiva. Esta Convenção ampliou o conceito de necessidades especiais, incluindo crianças com necessidades especiais temporárias ou não, que não estejam conseguindo se beneficiar da escola, repetindo ano após ano, com necessidades educacionais especiais, que estejam em extrema pobreza, que sofrem abusos de qualquer natureza, sejam eles físicos, emocionais, sexuais ou que estejam por algum motivo fora da escola, dentre outros.

#### **Segundo a Declaração (1994)**

o princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. As escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos, acomodando tanto estilos como ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parceiras com a comunidade (...). Dentro das escolas inclusivas, as crianças com necessidades educacionais especiais deveriam receber qualquer apoio extra que possam precisar, para que se lhes assegure uma educação efetiva (...).

As políticas sociais têm fomentado nos últimos tempos a integração e a participação lutando contra a exclusão e desenvolvendo estratégias que tornem possíveis uma igualdade de oportunidades autêntica ressaltando que não devemos confundir educação inclusiva com educação especial.

Segundo os Procedimentos Padrões das Nações Unidas para Equalização de Oportunidades para Pessoas Portadoras de Deficiência, A/RES/48/96, em Assembléia Geral, que demanda que os Estados assegurem que a educação de pessoas portadoras de deficiências seja parte integrante do sistema educacional são proclamados os seguintes itens:

- . toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem,
- toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas,
- sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades,
- aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades,
- escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.

O direito à educação de qualquer criança está amparado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e pela Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Os princípios que norteiam estas duas Declarações são:

o de que escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias lingüísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados. Tais condições geram uma variedade de diferentes desafios aos sistemas escolares.

Existe um consenso emergente de que crianças e jovens com necessidades educacionais especiais devam ser incluídas em arranjos educacionais feitos para a maioria das crianças. Isto levou ao conceito de escola inclusiva. O desafio que confronta a escola inclusiva é no que diz respeito ao desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança e capaz de bem-sucedidamente educar todas as crianças, incluindo aquelas que possuam desvantagens severas. (...) o estabelecimento de tais escolas é um passo crucial no sentido de modificar atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras e de desenvolver uma sociedade inclusiva.

Também estas declarações definem de certa forma a educação especial como uma educação que

incorpora os mais do que comprovados princípios de uma forte pedagogia da qual todas as crianças possam se beneficiar. Ela assume que as diferenças humanas são normais e que, em consonância com a aprendizagem de ser adaptada às necessidades da criança, ao invés de se adaptar a criança às assunções pré-concebidas a respeito do ritmo e da natureza do processo de aprendizagem. Uma pedagogia centrada na criança é benéfica a todos os estudantes e, conseqüentemente, à sociedade como um todo. A experiência tem demonstrado que tal pedagogia pode consideravelmente reduzir a taxa de desistência e repetência escolar (que são tão características de tantos sistemas educacionais) e ao mesmo tempo garantir índices médios mais altos de rendimento escolar. Uma pedagogia centrada na criança pode impedir o desperdício de recursos e o enfraquecimento de esperanças, tão freqüentemente conseqüências de uma instrução de baixa qualidade e de uma mentalidade educacional baseada na idéia de que "um tamanho serve a todos". Escolas centradas na criança são além do mais a base de treino para uma sociedade baseada no povo, que respeita tanto as diferenças quanto a dignidade de todos os seres humanos. (...) Por um tempo demasiadamente longo os problemas das pessoas portadoras de deficiências têm sido compostos por uma sociedade que inabilita, que tem prestado mais atenção aos impedimentos do que aos potenciais de tais pessoas.

Embora muito se esteja fazendo para que o paradigma da situação com respeito à educação especial mude, também se percebe que ela varia muito de um país para o outro. Em Salamanca na Espanha em 2009, no período de 21 a 23 de outubro realizou-se a Conferência Global sobre Educação Inclusiva, com a participação de 58 países além do Brasil. No material recolhido muitas dificuldades para o acesso a uma educação de qualidade foi percebido. A inclusão e seus desafios são semelhantes as do Brasil. Escolas especiais e comuns ainda atendem as pessoas com necessidades especiais de maneira ineficiente. A falta de dados estatísticos é uma lacuna internacional.

Por isto a pesquisa sobre inclusão escolar, a necessidade de transformação, qualificação, implementando planos concretos se faz cada vez mais necessária. Saber se aqui a inclusão é feita como deve ser? Os professores estão capacitados para eliminar as barreiras que impedem o bom desempenho dos alunos com deficiência, preparando-os para uma vida futura e inserção na comunidade como um todo? A interdisciplinaridade está sendo trabalhada com todos os alunos sem exceção? Estão sendo preparados para enfrentar o mercado de trabalho e ser um cidadão em toda a plenitude?

Para a Declaração de Salamanca

- a) A situação com respeito à educação especial varia enormemente de um país a outro. Existem por exemplo, países que possuem sistemas de escolas especiais fortemente estabelecidos para aqueles que possuam impedimentos específicos.
- b) Países que possuam poucas ou nenhuma escolas especial seriam em geral, fortemente aconselhados a concentrar seus esforços no desenvolvimento de escolas inclusivas e serviços especializados - em especial, provisão de treinamento de professores em educação especial e estabelecimento de recursos adequadamente equipados e assessorados, para os quais as escolas pudessem se voltar quando precisassem de apoio - deveriam tornar as escolas aptas a servir à vasta maioria de crianças e jovens. A experiência, principalmente em países em desenvolvimento, indica que o alto custo de escolas especiais significa na prática, que apenas uma pequena minoria de alunos, em geral uma elite urbana, se beneficia delas. A vasta maioria de alunos com necessidades especiais, especialmente nas áreas rurais, é conseqüentemente, desprovida de serviços. De fato, em muitos países em desenvolvimento, estima-se que menos de um por cento das crianças com necessidades educacionais especiais são incluídas na provisão existente. Além disso, a experiência sugere que escolas inclusivas, servindo a todas as crianças numa comunidade são mais bem sucedidas em atrair apoio da comunidade e em achar modos imaginativos e inovadores de uso dos limitados recursos que sejam disponíveis. Planejamento educacional da parte dos governos, portanto, deveria ser concentrado em educação para todas as pessoas, em todas as regiões do país e em todas as condições econômicas, através de escolas públicas e privadas.
- c) Existem milhões de adultos com deficiências e sem acesso sequer aos rudimentos de uma educação básica, principalmente nas regiões em desenvolvimento no mundo, justamente porque no passado uma quantidade relativamente pequena de crianças com deficiências obteve acesso à educação. Portanto, um esforço concentrado é requerido no sentido de se promover a alfabetização e o aprendizado da matemática e de habilidades básicas às pessoas portadoras de deficiências através de programas de educação de adultos.
- d) Educação integrada e reabilitação comunitária representam abordagens complementares àqueles com necessidades especiais. Ambas se baseiam nos princípios de inclusão, integração e participação e representam abordagens bem testadas e financeiramente efetivas para promoção de igualdade de acesso para aqueles com necessidades educacionais especiais como parte de uma estratégia nacional que objetive o alcance de educação para todos(...).
- e) Legislação deveria reconhecer o princípio de igualdade de oportunidade para crianças, jovem e adulto com deficiências na educação primária, secundária e terciária, sempre que possível em ambientes integrados.
- f) (...) Devido às necessidades particulares de comunicação dos surdos e das pessoas surdas/cegas, a educação deles pode ser mais adequadamente provida em escolas especiais ou classes especiais e unidades em escolas regulares.
- g) O currículo deveria ser adaptado às necessidades das crianças, e não vice-versa (...). Crianças com necessidades especiais deveriam receber apoio instrucional adicional no contexto do currículo regular, e não de um currículo diferente (...)
- h) Jovens com necessidades educacionais especiais deveriam ser auxiliados no sentido de realizarem uma transição efetiva da escola para o trabalho. Escolas deveriam auxiliá-los a se tornarem economicamente ativos e provê-los com as habilidades necessárias ao cotidiano da vida, oferecendo treinamento em habilidades que

correspondam às demandas sociais e de comunicação e às expectativas da vida adulta. Isto implica em tecnologias adequadas de treinamento, incluindo experiências diretas em situações da vida real, fora da escola.

- i) O currículo para estudantes mais maduros e com necessidades educacionais especiais deveria incluir programas específicos de transição, apoio de entrada para a educação superior sempre que possível e conseqüente treinamento vocacional que os prepare a funcionar independentemente enquanto membros contribuintes em suas comunidades e após o término da escolarização.

A Declaração de Salamanca tenta através da conscientização dos Estados e governos mostrar a discussão na prática da garantia de inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais os seus reais direitos numa sociedade de aprendizagem e na vida cotidiana.

Baseado nesta conscientização e repensando o atendimento Educacional Especializado na gestão do então Presidente da República, Luís Inácio da Silva, é lançado o Decreto 6571/2008 que versa sobre este tema.

### **3.4 Decreto 6571/2008 – Atendimento Educacional Especializado**

Segundo o Decreto Nº 6571/2008<sup>1</sup> de 17 de setembro de 2008 que dispõe sobre o atendimento educacional especializado

Art. 1º A União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na forma deste Decreto, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular.

§ 1º Considera-se atendimento educacional especializado o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular.

§ 2º O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas.

No Decreto constam os seguintes objetivos em seu artigo 2º:

- I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular aos alunos referidos no art. 1º;
- II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;

---

<sup>1</sup> Revogada em 17 de novembro de 2011 pelo decreto 7.611.

- III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e
- IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis de ensino.

Segundo o artigo 3º do Decreto 6571/2008 o Ministério da Educação:

prestará apoio técnico e financeiro às seguintes ações voltadas à oferta do atendimento educacional especializado, entre outras que atendam aos objetivos previstos neste Decreto:

- I - implantação de salas de recursos multifuncionais;
- II - formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado;
- III - formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação inclusiva;
- IV - adequação arquitetônica de prédios escolares para acessibilidade;
- V - elaboração, produção e distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade; e
- VI - estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior.

§ 1º As salas de recursos multifuncionais são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado.

§ 2º A produção e distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade incluem livros didáticos e paradidáticos em braile, áudio e Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, laptops com sintetizador de voz, softwares para comunicação alternativa e outras ajudas técnicas que possibilitam o acesso ao currículo.

§ 3º Os núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior visam eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de alunos com deficiência.

Art. 4º O Ministério da Educação disciplinará os requisitos, as condições de participação e os procedimentos para apresentação de demandas para apoio técnico e financeiro direcionado ao atendimento educacional especializado.

Art. 5º Sem prejuízo do disposto no art. 3º, o Ministério da Educação realizará o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola por parte dos beneficiários do benefício de prestação continuada, em colaboração com os Ministérios da Saúde e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

Este decreto ainda acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007 em seu artigo 9º alínea A para efeitos de distribuição de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) a partir de 1º de janeiro de 2010

o cômputo em dobro das matrículas dos alunos da educação regular da rede pública que recebem atendimento educacional especializado, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular.

Isto ocorrendo com base no censo escolar de 2009, aumentado assim o valor *per capita* repassado a instituição.

Para diminuir a discriminação aos PNEs foi criada em 1999 a reserva legal de cargos. A reserva legal de cargos é amparada pela Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, também conhecida como Convenção da Guatemala.

### **3.5 Convenção da Guatemala**

A Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, também conhecida como Convenção da Guatemala, foi promulgada em 28 de maio 1999.

Para a Convenção o termo discriminação contra as PNEs

significa toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, antecedente de deficiência, consequência de deficiência anterior ou percepção de deficiência presente ou passada, que tenha o efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício por parte das pessoas portadoras de deficiência de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais.

Para a Convenção da Guatemala que em 1999 representava aproximadamente 88 governos e 25 organizações internacionais

jovens com necessidades educacionais especiais deveriam ser auxiliados no sentido de realizarem uma transição efetiva da escola para o trabalho. Escolas deveriam auxiliá-los a se tornarem economicamente ativos e provê-los com as habilidades necessárias ao cotidiano da vida, oferecendo treinamento em habilidades que correspondam às demandas sociais e de comunicação e às expectativas da vida adulta. Isto implica em tecnologias adequadas de treinamento, incluindo experiências diretas em situações da vida real, fora da escola.

Tais medidas para promover os direitos humanos das PNEs, direitos de conquistar oportunidades como as não portadoras e que garantam que possam participar plenamente da vida na comunidade onde estão inseridas encontram apoio também em outras normas, decretos e convenções.



### 3.6 Convenção 159/83

A Norma Internacional da Convenção nº 159/83 da OIT, convocada em Genebra no dia 01 de junho de 1983 estabelece temas ligados a implantação de políticas de reabilitação e emprego de PNEs. A Convenção 159/83 entende alguns destes temas da seguinte forma:

- a) Artigo 2 - Reabilitação profissional: [...] a finalidade da reabilitação profissional é a de permitir que a pessoa deficiente obtenha e conserve um emprego e progrida no mesmo, e que se promova assim a integração ou a reintegração dessa pessoa na sociedade.
- b) Artigo 7 - Capacitação: As autoridades competentes deverão adotar medidas para proporcionar e avaliar os serviços de orientação e formação profissional, colocação, emprego e outros semelhantes, a fim de que as pessoas deficientes possam obter e conservar um emprego e progredir no mesmo; sempre que for possível e adequado, serão utilizados os serviços existentes para os trabalhadores em geral, com as adaptações necessárias.

Para isto segundo a Convenção 159/83 “A reabilitação torna a pessoa novamente capaz de desempenhar suas funções ou outras diferentes das que exercia, se estas forem adequadas e compatíveis com a sua limitação”. Todas estas leis têm o intuito de preservar as PNEs, não no sentido de resguardá-las como “bibelôs”, mas de que possam desempenhar suas funções de forma a se (re)integrar numa sociedade cada vez mais competitiva em igualdade de condições e oportunidades..

No dia 17 de novembro de 2011, a então Presidente Dilma Rouseff lançou o Plano Nacional da Pessoa com Deficiência sob o Decreto 7612 artigo 84 inciso VI alínea “a”, que vai melhorar ainda mais as condições dos PNEs na sociedade. Nele incluem-se intervenções em educação, trabalho, moradia e emprego. Estima-se um investimento em torno de 7,6 bilhões de reais em investimentos até o ano de 2014.

### 3.7 Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite

Este plano contém medidas de estímulo para as pessoas com deficiência ingressarem no mercado de trabalho e freqüentarem a rede de ensino. A Presidente da República regulamentou a lei que possibilita que pessoas com deficiência trabalhem sem perder o Benefício de Prestação Continuada (BPC) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

**Figura 1: Presidente Dilma Rousseff e o Plano Nacional**



**Fonte: Foto: Agência Brasil**

Com esta regulamentação o beneficiário poderá conseguir um emprego formal e ter seu benefício suspenso. Caso perca este emprego Ele poderá retornar ao programa sem ter que refazer todo o processo novamente o que não acontecia anteriormente. Para os beneficiários com contrato de aprendiz profissional essa desvinculação do benefício não acontece. Ele continuará a receber o BPC até sua total inserção no mercado de trabalho. O decreto também regulamenta as formas para obtenção, suspensão e restabelecimento do benefício (BPC).

### **3.7.1 Benefício de Prestação Continuada - BPC**

Conforme o estabelecido no Art. 34 da Lei n.º 10.741, de 1º de outubro de 2003 - o Estatuto do Idoso, o BPC é um benefício de 01 (um) salário mínimo mensal pago às pessoas idosas com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais e as pessoas com deficiência incapacitadas para a vida independente e para o trabalho.

O artigo 2º, inciso IV, da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) (Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993) prevê este benefício e foi regulamentado pelo Decreto nº 1.744, de 08 de dezembro de 1995 e pela Lei nº 9.720, de 20 de novembro de 1998. Ele está em vigor desde 1º de janeiro de 1996.

A Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011 veio alterar alguns artigos da lei acima citada. São eles os artigos 2º, 3º, 6º, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 28 e 36 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 que passam a vigorar com nova redação. Sua operacionalização compete ao Ministério do Desenvolvimento Social e

Combate a Fome. Este benefício tem a sua revisão determinada pelo artigo 21 desta mesma lei e deve ocorrer a cada dois anos da data da concessão.

De acordo com a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), “a pessoa com deficiência é aquela que tem impedimentos físico, mental, intelectual ou sensorial, de longo prazo, que lhe dificultam a participação na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”. Atualmente, existem 3,5 milhões de beneficiários do BPC em todo o Brasil, dos quais 1,8 milhões são pessoas com deficiência e 1,7, idosos. O governo federal transferiu neste ano R\$ 17 bilhões diretamente para os beneficiários.

### **3.7.2 BPC na Escola**

É uma parceria entre governos federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal. Envolve os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Educação, Saúde e a Secretaria de Direitos Humanos. Tem por objetivo realizar o acompanhamento e monitoramento do acesso e da permanência na escola das pessoas com deficiência, beneficiárias do BPC, de até 18 anos.

Desde que foi lançado, em 2008, o BPC na Escola possibilitou aumento significativo de matrículas de pessoas com deficiência na rede de ensino. A segunda fase de adesão ao programa, iniciada em setembro de 2011, pretende ampliar a cobertura com a adesão de todos os municípios brasileiros, o que permitirá estender as ações a crianças e adolescentes beneficiários do BPC, totalizando cerca de 540.000 beneficiários até 2014.

Serão destinadas, conforme anúncio da Presidente Dilma Rouseff, vagas para as pessoas com deficiência em cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e a Criação de Centros de Referências da Pessoa com Deficiência, um em cada Estado até 2014. Serão investidos 409,6 milhões de reais na qualificação de 150 mil pessoas com deficiência. Qualificação esta em nível médio e de formação.

### 3.7.3 BPC Trabalho

O programa atende prioritariamente beneficiários com idades entre 16 e 45 anos que tenham interesse em trabalhar, mas encontram dificuldades para qualificação e inserção profissional. No caso de beneficiário aprendiz, com idade entre 14 e 18 anos, a renda do trabalho poderá ser acumulada com o valor do benefício por um período máximo de dois anos e não é computada na renda familiar para cálculo de acesso ao BPC.

Além da inclusão no mercado de trabalho, os beneficiários do programa com até 18 anos terão estímulos para freqüentar a escola. O plano prevê transporte e acessibilidade nas escolas públicas por meio da adesão dos municípios ao programa BPC na Escola. Está prevista no orçamento do MDS, de 2012 a 2014, a destinação de R\$ 12 milhões para as ações de busca ativa dessa população para inserção no BPC. A busca ativa é uma estratégia de localização da população extremamente pobre em situação de risco e vulnerabilidade nos municípios. O MDS publica a relação de beneficiários e as equipes dos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) fazem visitas domiciliares para identificação dos obstáculos que impedem o acesso e a permanência na escola. Para isto um plano piloto foi lançado em 8 (oito) capitais do Brasil: João Pessoa, Porto Alegre, Recife, Belém, Campo Grande, Teresina, Fortaleza e Curitiba. Em Porto Alegre, existem conforme pesquisa realizada pelo grupo gestor da Política de Assistência Social de Porto Alegre: Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), cerca de 5000 pessoas enquadradas dentro desta perspectiva.

**Quadro 1: Distribuição territorial e número de beneficiários entre 16 e 45 anos:**

Região de CRAS	Qtde BPC	%
Partenon	639	12,82%
Centro	496	9,95%
Centro Sul	420	8,42%
Lomba do Pinheiro	376	7,54%
Timbaúva	333	6,68%
Leste1	329	6,60%
Restinga	308	6,18%

Norte	277	5,56%
Sul	262	5,25%
Nordeste	254	5,09%
Gloria	234	4,69%
Cruzeiro	218	4,37%
Cristal	179	3,59%
Noroeste	157	3,15%
Farrapos	148	2,97%
Leste2	116	2,33%
Extremo Sul	115	2,31%
Eixo	76	1,52%
Ilhas	42	0,84%
Santa Rosa	7	0,14%
<b>Totais</b>	<b>4986</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: [www.tagline.net/cvlt/converge/?JOB\\_ON\\_PASC:BPC\\_Trabalho](http://www.tagline.net/cvlt/converge/?JOB_ON_PASC:BPC_Trabalho)

Porém apenas sete Cras foram selecionados, a princípio, como participantes do projeto levando-se em conta como critério de escolha o percentual elevado de distribuição nas regiões de abrangência do mesmo.

#### Quadro 2: Regiões de Cras Selecionadas

Região de CRAS selecionada	Qtde BPC	%
Partenon	639	22,26%
Centro	496	17,28%
Centro Sul	420	14,63%
Lomba do Pinheiro	376	13,10%
Timbaúva	333	11,60%
Leste1	329	11,46%
Norte	277	9,65%
<b>Totais</b>	<b>2870</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: [www.tagline.net/cvlt/converge/?JOB\\_ON\\_PASC:BPC\\_Trabalho](http://www.tagline.net/cvlt/converge/?JOB_ON_PASC:BPC_Trabalho)

São esperadas algumas metas futuras que abrangerão o período das buscas ativas deste plano piloto que se realizarão de dezembro de 2011 à março de 2012.

**Quadro 3: Metas de beneficiários - Adesões ao programa**

Região de CRAS	Qtde BPC	Meta percentual do território	Metas Físicas
Partenon	639	3,13%	20
Centro	496	4,03%	20
Centro Sul	420	4,76%	20
Lomba do Pinheiro	376	5,32%	20
Timbaúva	333	6,01%	20
Leste1	329	6,08%	20
Norte	277	7,22%	20
<b>Totais</b>	<b>2870</b>	<b>4,88%</b>	<b>140</b>

Fonte: [www.tagline.net/cvlt/converge/?JOB\\_ON\\_PASC:BPC\\_Trabalho](http://www.tagline.net/cvlt/converge/?JOB_ON_PASC:BPC_Trabalho)

Conforme afirmativa da Ministra Maria do Rosário (2011) “com este plano, vamos colocar as políticas públicas para a pessoa com deficiência no comando central do governo. Este é um marco muito importante para este segmento da população brasileira, que precisa ter seus direitos reconhecidos”

O plano prevê ainda a entrega de mais de mil veículos escolares adaptados nos próximos três anos, pessoas com deficiência terão conforme o texto preliminar facilidades e garantia de acessibilidade no Programa “Minha Casa, Minha Vida”, milhares de kits para adaptação das moradias que já estão construídas como maçanetas especiais e campainhas para surdos. Existe a previsão de criar “casas inclusivas” que são moradias para pessoas com deficiência e que necessitem de apoio profissional, os serviços de reabilitação serão ampliados. Este plano tem a intenção de ser, em número de ações, maior que o Plano para erradicar a miséria extrema chamado “Brasil Sem Miséria”. Em número de ações, ele supera o Brasil Sem Miséria, bandeira de Dilma para erradicar a pobreza extrema.

O interesse dos Órgãos e Entidades do Poder Público em estabelecer estas diretrizes nos direciona a ver que todo esforço para vencer possíveis barreiras seja pela conscientização ou pela legislação é com a finalidade de romper com paradigmas segregacionais e adotar procedimentos que incluam estas pessoas de forma real, fazendo com que participem como sujeitos de seus destinos.

Partindo deste pressuposto e para a realização do presente trabalho se faz necessário o aprofundamento teórico sobre as bibliotecas onde este projeto será realizado. Assim segue uma base teórica que apoiará a aplicação do trabalho e futura análise dos dados.

Para que o cidadão conheça o contexto que envolve a sua cultura e possa, desta forma, desempenhar um papel ativo na sociedade é necessário o acesso à informação. Informação essa que deve ser transmitida sem barreiras por diferentes canais, dentre eles as bibliotecas.

## **4 BIBLIOTECA: Agente Integrador**

As bibliotecas têm papel preponderante na sociedade e na inclusão social. Embora as bibliotecas tenham sido criadas a muitos anos em sociedades exclusivistas, elas hoje exercem um forte papel na integração do cidadão.

Conforme Targino (1991, p.156)

[...] ser cidadão é ter consciência de seus deveres e acesso à seus direitos. A cidadania se manifesta e se constrói a partir dessa conscientização e da participação política e social dos homens na sociedade, o que pressupõe o acesso a informações variadas e atualizadas, quaisquer que sejam os suportes físicos [...]

O grande fluxo de informação e conhecimento, a velocidade com que as tecnologias evoluem aproxima pessoas, organizações, idéias e serviços. Tanto a sociedade quanto os indivíduos mudaram. Para isto as bibliotecas precisam apresentar atitudes proativas em seu papel de mediadoras de informação e conhecimento.

Assim, segundo Almeida Júnior (1997, p.22) “A biblioteca deve ser reflexo e causa das transformações da sociedade; deve receber influências, interferir. Deve, então, ser um centro de referência, comunicativa em relação à comunidade. Fazer tudo o que for possível para inserir os indivíduos na sociedade atual.

Para Cunha (2000 p.32) “as bibliotecas possuem um caráter histórico de educação, informação, cultura e lazer”. Convém ressaltar que sua função extrapola esta forma de pensar. A forma de ver de algumas bibliotecas e por que não algumas organizações onde elas estão inseridas tem se modificado, seja pela força de lei ou por consciência social. Pessoas com necessidades especiais já não são vistas apenas como projeto de acessibilidade ou de adequação de mobiliário. Fazem parte do quadro funcional deste meio mostrando para o mercado de trabalho a sua aceitação como profissional capaz ou não de exercer as funções que lhes são atribuídas trazendo a estas instituições lucros e benefícios.

### **4.1 Bibliotecas Universitárias**

As bibliotecas universitárias surgiram atreladas as universidades a partir da idade média com cunho religioso e destinado na Europa ao ensino de



futuros padres. No período do Renascimento atinge outras camadas sociais e passa a ter a idéia de salvaguardar e disseminar o conhecimento. No Brasil com a chegada da família real portuguesa os cursos superiores começam a ser criados. Nas primeiras décadas do século XX as primeiras universidades são criadas. Na atualidade as bibliotecas universitárias atuam em organizações de ensino superior e complementam as atividades curriculares dos cursos. Têm importância fundamental no desenvolvimento da pesquisa e da tecnologia, atendendo a demanda da comunidade acadêmica.

Segundo Rostirolla (2006, p. 28):

a biblioteca universitária é entendida como organização do conhecimento, por reunir, organizar e disponibilizar as principais fontes de informação existentes, fundamentais na geração de novos conhecimentos; por contar com profissionais especialistas em promover o acesso e uso da informação; e, por agregar valor à informação, facilitando a conversão de informações em conhecimentos.

As bibliotecas universitárias mantêm vínculo com as suas organizações mantenedoras e são responsáveis pela integração entre usuários e fontes de informação. Conforme Milanesi (1998, p. 72): “[...] a universidade e a Biblioteca refletem-se. Uma medida da qualidade de uma instituição de ensino superior é a excelência de sua Biblioteca”.

Na visão de Pinheiro (2008, p. 5)

a biblioteca universitária pode ser considerada como espaço essencial de transmissão da cultura com vistas a inclusão social, uma vez que proporciona o acesso do professor, do pesquisador e do aluno à informação. Atualmente não é possível imaginar o ensino desagregado da utilização de bibliotecas. Além do relevante papel de favorecer o desenvolvimento de potenciais, fornecendo meios para que os cidadãos formem idéias próprias e tomem decisões próprias.

O acervo das bibliotecas universitárias é formado geralmente por livros, periódicos, trabalhos de conclusão de curso, anais de congressos, dissertações e teses. Para os pesquisadores informações atuais são vitais. Devido a isto às bibliotecas universitárias tem investido bastante em serviços on-line e cursos a distância, fazendo com que seus usuários se tornem mais independentes e autônomos.

Segundo Cunha (2000, p.88)

[...] o elemento chave será a capacidade de as universidades e, em especial, sua biblioteca, assimilarem os novos paradigmas. O contexto que se apresenta é propício para mudar a natureza do empreendimento acadêmico. No caso da biblioteca universitária é necessário examinar as imensas possibilidades do futuro e entender que os desafios mais críticos será remover os obstáculos que as impedem de responder as necessidades de uma clientela em mudança, transformar os processos e estruturas que caducaram e questionar as premissas existentes.

A biblioteca universitária caracteriza-se por se dividir em setores que formam sua estrutura organizacional tais como: o setor de tratamento da informação, setor de aquisição, setor de renovação e empréstimo, setor de referência entre outros. Todos com o objetivo de servir aos usuários. Em uma biblioteca universitária, os bibliotecários geralmente atuam nas seguintes atividades: administração, desenvolvimento e formação de recursos informacionais, tratamento da informação, e atendimento e educação de usuários. Em muitas bibliotecas universitárias o bibliotecário deve colocar todos os requisitos citados é ainda ser um empreendedor. E como tal estimula o desenvolvimento total e local, amplia a base tecnológica, cria empregos e oportunidades para garantir o sucesso da organização e a satisfação dos funcionários e usuários de seus produtos. O papel da biblioteca é fundamental para o desenvolvimento do senso crítico, dinâmico e interativo. Tudo isto tem início com as Bibliotecas escolares, pois atuam como órgãos auxiliares e complementares da escola.

#### **4.2 Bibliotecas Escolares**

É comum as escolas destinarem um espaço para leitura. Geralmente, esses espaços são chamados de Salas de Leitura ou Biblioteca Escolar. Muitos desses espaços são usados inadequadamente, como meros depósitos de livros. Também é comum encontrarmos à frente das bibliotecas escolares pessoas que, apesar de extrema boa vontade, não estão capacitadas para esta tarefa. No entanto nem toda a escola é igual. Em muitos locais é vista como um organismo vivo, onde todos os profissionais da educação podem envolver-se como: hora do conto, contação de histórias, jornadas pedagógicas, etc.

Segundo a IFLA/UNESCO em seu Manifesto das Bibliotecas Escolares (1999)

a biblioteca escolar (BE) propicia informação e idéias fundamentais para seu funcionamento bem sucedido na atual sociedade, baseada na informação e no conhecimento. A BE habilita os estudantes para a aprendizagem ao longo da vida e desenvolve a imaginação, preparando-os para viver como cidadãos responsáveis.

A partir disto pode-se perceber que a influência da biblioteca escolar ultrapassa os muros da escola. Desenvolve práticas que muitas vezes vão acompanhar os alunos por muitas etapas de sua vida. O prazer da leitura e da aprendizagem, os usos dos recursos que a biblioteca disponibiliza o desenvolvimento da imaginação, da capacidade de avaliar e usar a informação são alguns deles.

Para isto o Manifesto (1999) propõe alguns objetivos, dentre outros:

- a) desenvolver e manter nas crianças o hábito e o prazer da leitura e da aprendizagem, bem como o uso dos recursos da biblioteca ao longo da vida;
- b) apoiar todos os estudantes na aprendizagem e prática de habilidades para avaliar e usar a informação, em suas variadas formas, suportes ou meios, incluindo a sensibilidade para utilizar adequadamente as formas de comunicação com a comunidade onde estão inseridos;
- c) organizar atividades que incentivem a tomada de consciência cultural e social, bem como de sensibilidade
- d) promover a leitura, recursos e serviços da biblioteca escolar junto à comunidade escolar e ao seu derredor.

A biblioteca escolar e seu bibliotecário são parte integrante do processo educativo, trabalhando em conjunto com a comunidade. A biblioteca escolar deve ser organizada e gerida de acordo com padrões profissionais embora se saiba que muitas delas sequer possuam condições financeiras adequadas para sua existência.

Muitas têm sido as lutas pelas bibliotecas escolares no Brasil. O Ministério da Educação (MEC), o Ministério da Cultura, a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB) dentre outras tem se unido para que projetos que favoreçam as bibliotecas escolares sejam aprovados. Em 2011 uma lei que universaliza as bibliotecas escolares foi aprovada. Esta lei orienta a todas as escolas a terem um bibliotecário em suas unidades e no mínimo um título por aluno matriculado. Dentro de no máximo 10 anos, deverá haver uma biblioteca escolar em cada instituição de ensino do país, pública ou privada. A obrigatoriedade está prevista no Projeto de Lei da Câmara (PLC) 324/09, cujo relator foi o senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que foi aprovado em decisão terminativa, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Com estas atitudes, novos parâmetros serão desenvolvidos, novas camadas da sociedade poderão ter acesso aos livros e a leitura. A verdadeira inclusão social nas escolas começa com livre acesso a informação. Profissionais atuantes em bibliotecas escolares devem ter esta preocupação com a inclusão, com a leitura e com o desenvolvimento dos alunos envolvidos no processo.

As organizações, como um sistema social aberto, bem integrado e constituído devem fornecer elementos operacionais em unidades de informação – bibliotecas – para uma melhoria contínua dos processos de trabalho visando atingir tanto os propósitos individuais como os sociais e a maior satisfação da comunidade de usuários.

## 5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta seção apresenta os procedimentos metodológicos adotados para a realização da pesquisa, o relato, o tipo de pesquisa / estudo assim como os instrumentos de coleta utilizados.

Esta pesquisa é de caráter exploratório e com uma abordagem qualitativa. Segundo Gil (1991) a pesquisa exploratória visa proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses.

A investigação foi feita através de um estudo de caso, que permitiu mais clareza na estratégia metodológica em questão permitindo combinar observações e relatos. De acordo com Yin (2001) “é uma estratégia de pesquisa que busca examinar um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto”.

Segundo Oliveira, M.M. (2005 p. 68):

A pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como sendo um estudo detalhado de um determinado fato, objeto, grupo de pessoas ou fator social e fenômeno da realidade. Esse procedimento visa buscar informações fidedignas para se explicar em profundidade o significado e as características de cada texto, em que se encontra o objeto de pesquisa.

Na execução deste trabalho também se fez necessário analisar documentos, leis, regulamentos buscando paralelamente, através de coleta de dados traçar um panorama de como pessoas com necessidades especiais e as instituições traçam entendimento no que se refere à Lei de Cotas e as funções por eles desempenhadas. Segundo Lakatos e Marconi (2007) “a coleta de dados é a etapa de pesquisa onde se inicia a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas, com o objetivo de efetuar a coleta dos dados previstos”.

Como instrumentos de coleta de dados para execução desta pesquisa foi escolhido o procedimento de entrevista semi-estruturada buscando obter informações, dados e opiniões, através de conversação livre gravada em gravador comum sem imagens e com algumas anotações em quatro encontros distintos com os sujeitos. Segundo Ludke e André (1986) a utilização desta técnica permite levantar informações não previstas pelo pesquisador.

Para Oliveira, C.C. (1999), a técnica de coleta de dados baseada em depoimentos orais permite uma maior compreensão sobre a temática em questão através da fala dos sujeitos entrevistados.

## 6 CONTEXTO DO ESTUDO

A Biblioteca Universitária, aqui denominada biblioteca A atua em uma organização de ensino superior particular de Porto Alegre e complementa as atividades curriculares dos cursos. A biblioteca A ocupa uma área de 3.600m<sup>2</sup> e dispõe de acervo com aproximadamente 150.000 itens, composto por livros, fitas cassete, fitas de vídeo, dvds, mapas, periódicos, enciclopédias, dentre outros materiais. O acervo está completamente informatizado, e os alunos podem pesquisá-lo pela Internet, ou na própria Biblioteca. Seu espaço está dividido em: acervo e mapoteca (subsolo), salas de estudo, balcão de atendimento e processamento técnico (primeiro pavimento), sala de leitura, revistas, jornais e obras de referencia (segundo pavimento), sala de treinamento, espaço de leitura, acervo especial e acervo histórico (anexo).

O cadastramento de usuários na Biblioteca é feito automaticamente a cada semestre mediante matrícula. Para utilizar os serviços da biblioteca é necessária apresentação do cartão de identificação estudantil ou crachá funcional. A mesma disponibiliza aos usuários empréstimo domiciliar, comutação bibliográfica, normatização de documentos entre outros. A bibliotecária atua nas seguintes atividades: administração, desenvolvimento e formação de recursos informacionais, tratamento da informação, atendimento e educação de usuários. O quadro funcional da unidade de informação é formado por 10 (dez) auxiliares de biblioteca e uma bibliotecária, sendo que destes auxiliares 4 (quatro) são PNEs.

O horário de funcionamento da biblioteca é de segunda a sexta-feira das 14 horas às 22h e 50min e aos sábados das 8 horas às 16 horas.

A Biblioteca Escolar aqui denominada Biblioteca B foi criada em abril de 1971, a biblioteca do C. M. S.P. e faz parte de uma rede particular de ensino em um espaço idealizado para oferecer a toda comunidade escolar, através de um acervo amplo e abrangente, informações atualizadas e ações culturais diversificadas. Para este trabalho ela será chamada de biblioteca B.

Acredita que a leitura e a pesquisa são ferramentas essenciais ao desenvolvimento humano e por isso busca oferecer um espaço físico agradável para isso. Está dividida em três seções: biblioteca geral, biblioteca infantil e biblioteca multimídia, onde são encontrados aproximadamente 20 mil exemplares entre livros, folhetos, revistas e jornais, catalogados em um sistema informatizado. A biblioteca

geral possui obras gerais, didáticos e literaturas. É uma biblioteca direcionada a toda comunidade escolar. A biblioteca infantil contempla basicamente livros de literatura infantil e infanto-juvenil e é direcionada aos alunos da Educação Infantil à 4ª série do Ensino Fundamental. A biblioteca multimídia é destinada às pesquisas na internet e uso de multimídia. A biblioteca funciona nos turnos manhã e tarde das 8 horas até as 12h 30 min e das 13h 30min até as 18 horas.

Dentre os serviços que presta a comunidade estão empréstimos domiciliares (extensivos somente a comunidade escolar), consulta local, orientação a pesquisa, orientação ao uso de multimídia, normalização de trabalhos, catálogo on-line e renovações pelo telefone. O quadro funcional da biblioteca é formado por duas bibliotecárias, uma funcionária PNE e uma estagiária. Na biblioteca além das atividades de rotina de uma biblioteca (catalogação, atendimento aos usuários, desenvolvimento de coleções e outros) desenvolve-se a hora do conto, atividades pedagógicas e o Café com Leitura. A biblioteca procura auxiliar a cumprir a visão e a missão que a rede de ensino se propõe.

## **7 SUJEITOS**

A pesquisa foi desenvolvida com dois (2) PNEs e mais dois (2) pessoas das chefias das bibliotecas. Inicialmente pretendia-se fazer a entrevista com mais um PNE com deficiência visual e sua chefia imediata, mas apesar das várias tentativas de contato não houve retorno. Por se tratar de um estudo de caso e de uma pesquisa qualitativa, esta amostra é pertinente para que se possa fazer um estudo detalhado da realidade buscando informações fidedignas para que nossos objetivos possam ser alcançados.

Os sujeitos da pesquisa pertencem a uma biblioteca de instituição particular de ensino superior e outro de uma biblioteca escolar da rede particular. Um (1) com necessidades visuais e um (1) com necessidades motoras. Mais as suas chefias que serviram para fazer o contraponto para nosso estudo e são todas do sexo feminino. Todos os entrevistados possuem curso técnico e/ou superior. São elas:

### **7.1 Sujeito A.C. com Limitação Visual**

AC é Técnica em Biblioteconomia formada pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS). Nasceu em Belo Horizonte (MG) no ano de 1974, hoje com 37 anos. Sua atuação em biblioteconomia não se deu apenas através do curso no qual se formou no RS. Em Belo Horizonte no ano de 1998 cursando então Letras na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMG), estagiou em uma biblioteca de um curso técnico onde fazia todas as funções inerentes a uma biblioteca. Mas como perfeição na vida é muito relativa, um fato fez com que viesse para o Rio Grande do Sul: um deslocamento de retina em um de seus olhos aos 24 anos de idade. Mudou-se para o sul do país, com a finalidade de tratamento e por seus pais morarem no Rio Grande do Sul. Cinco anos depois de muita luta e como os médicos já haviam relatado para ela e seus familiares que aconteceria, o outro olho também sofre a mesma doença. Esta doença, no caso de AC, ocorreu por ter uma miopia muito grave anteriormente, em torno de 16 graus de miopia. Cega então sua vida mudou. Sua adaptação foi difícil, porém nunca depressiva. A luta continuava, a vida continuava. No ano de 2008 prestou prova para a antiga Escola Técnica da UFRGS, hoje IFRS sendo aprovada. O Curso Técnico tem duração de dois anos divididos em quatro módulos. Numa luta constante e com auxílio de colegas e de professores e testando seus conhecimentos em estágios foi galgando cada degrau, sem se deixar abater e concluiu o



curso no ano de 2010. Formada e em busca de emprego para que pudesse demonstrar seus conhecimentos adquiridos durante o curso participou de seleção para emprego com colegas videntes na E.M.S.P. Foi admitida para trabalhar na Biblioteca desta Instituição no ano de 2010 e desempenha suas funções já há um ano. Como atribuições, dentre outras, realiza atendimento aos usuários, recebimentos de materiais, atendimento telefônico, preparo de materiais para circulação (colocação de bolsos, códigos de barras, fitas de identificação) tudo com técnicas que ela e as bibliotecárias chefas da biblioteca adaptaram para facilitar o serviço e a contação de histórias para crianças de 1º ao 4º anos das classes regulares. Esta atividade é a que lhe dá mais prazer e lhe desperta interesses futuros para realização de atividades voluntárias com crianças necessitadas.

## **7.2 Sujeito M. C. com Limitação Física**

Formada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), M. C., nasceu em Quaraí (RS), no ano de 1982 e hoje tem 29 anos. M. C. também é formada como Bacharel em Geografia (UFRGS), mas não exerce a função, pois logo após a sua formatura descobriu que possuía uma doença não comum chamada Ataxia de Friedrich. A mais ou menos 5 anos luta com a doença que lhe dificulta a locomoção. Esta ataxia degenera algumas células do sistema nervoso que “transmitem sinais de movimento entre o sistema nervoso central e o resto do corpo, mas não interfere na capacidade mental, memória ou controle emocional, pois as partes correspondentes do cérebro não são afetadas. As dificuldades de fala não indicam nenhuma perda de habilidade mental” (ATAXIA..., documento eletrônico). Com coragem e lutando dia após dia M. C. resolveu voltar a estudar e ingressou no curso de Biblioteconomia da UFRGS no ano de 2008. Atua em biblioteca desde 2009, como bolsista e estagiária. Hoje é contratada como auxiliar de biblioteca em uma Instituição de Ensino Superior particular localizada em Porto Alegre há um ano. Suas atribuições são atendimento aos usuários, atendimento telefônico, organização das reservas de materiais dos alunos, coordenação dos funcionários do balcão de empréstimo.

## **7.3 Chefia 1- Bibliotecária de Escola**

A bibliotecária A. F. da S., nascida em Porto Alegre, no ano de 1976. Atua em Biblioteconomia desde 1996 quando ingressou no curso de Bacharel em Biblioteconomia pela UFRGS. Estagiou em bibliotecas durante todo o curso e a 10 anos está na Biblioteca

da I. E. M. S. P. como bibliotecária realizando atividades inerentes ao cargo que ocupa, tais como indexação, classificação, catalogação e outras.

#### **7.4 Chefia 2 – Bibliotecária da Universidade**

A bibliotecária M. J. nasceu em Porto Alegre no ano de 1961. Formada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul no ano de 1981. Esta na Unidade de Informação em questão há 30 anos. Começou como bolsista durante o curso e depois de formada assumiu a biblioteca como chefe e desempenha esta tarefa até hoje. Desempenha funções como gestora desta unidade, catalogação, classificação, indexação.

## 8 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

Analisar dados é dar estrutura, ordem e significado aos dados, obtendo assim respostas ao problema de pesquisa. De acordo com Roesch (2006, p. 188)

a análise propicia a identificação da problemática atual ou existente, a partir dos dados coletados. Pode envolver a comparação dos resultados com outros projetos ou situações. Os dados poderão ser cruzados a fim de possibilitar a identificação de pontos críticos, problemas e descobertas. Algumas vezes envolve o uso de estatísticas, tabelas ou gráficos. Idealmente os dados são analisados a luz de modelos teóricos apresentados na revisão da literatura.

A análise dos dados foi feita de forma qualitativa uma vez que se trabalhou com dados pessoais das pessoas em questão para responder a problemática da pesquisa. Os dados foram levantados a partir de entrevistas gravadas com as pessoas anteriormente descritas para este estudo de caso.

As entrevistas foram realizadas primeiramente com os PNEs e depois com suas chefias imediatas através de perguntas com o intuito de obter respostas aos objetivos desta pesquisa.

As questões apresentadas, respondidas e analisadas foram as seguintes:

**Pergunta 1:** Como percebes a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho?

**PNE 1:** *Como pessoas participantes e integrantes da sociedade. Pessoas produtivas, úteis com oportunidade de mostrar sua capacidade produtiva e intelectual. (AC)*

**PNE 2:** *Natural dentro de suas limitações. (MC)*

**Chefia 1:** *Acho necessária a inclusão de PNEs no mercado de trabalho porém sou contra as cotas de todas as formas. (A)*

**Chefia 2:** *Acho necessária a inclusão de PNEs no mercado de trabalho porque “de outra forma eles não teriam chances”, desde que eles gostem e tenham condições de fazer o trabalho. (MJ)*

A partir das respostas de todos os entrevistados, sejam PNEs ou suas chefias, pode-se analisar que a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho é percebida como uma necessidade premente na sociedade para que os PNEs possam mostrar suas habilidades, capacidades, sentirem-se úteis e

valorizados. Diante disso Galvão Filho e Damasceno (2003, p. 42) comentam a necessidade de uma mudança social “no momento em que lhe são dadas as condições para interagir e aprender, explicitando o seu pensamento, o indivíduo com deficiência mais facilmente será tratado como um ‘diferente-igual’” (...).

Segundo o artigo 5º da Constituição Brasileira “todos somos iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza (...)” e a Declaração dos Direitos das Pessoas com Deficiência, vai além ressaltando que “é assegurado que estas pessoas (PNEs) possam gozar ou exercer, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, fato que implica desfrutar de uma vida tão normal quanto possível”.

Podemos dizer que a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho deve ser uma prioridade nas políticas públicas, de modo que se reconheça e se aproveitem as habilidades de cada um de forma natural dentro de suas limitações.

**Pergunta 2:** *Qual a importância para você da inclusão de PNEs no mercado de trabalho?*

**PNE 1:** *Sinto a importância da inclusão no mercado de trabalho e da Lei de Cotas como um estímulo a continuar a caminhada. A exigência da Lei de Cotas para as empresas foi um dos impulsos para minha contratação nesta escola e a partir disso sinto cada vez mais a necessidade de que Leis de amparo aos PNEs sejam aprovadas. (AC)*

**PNE 2:** *Acho a inclusão dos PNEs muito importante pois muda a vida das pessoas. Extremamente importante, pois a pessoa passa a ter dignidade, convívio social. Eu acho que a pessoa passa a se aceitar, a aceitar os seus limites, vendo que eles não o impedem que viva uma vida plena. Tu passa a te respeitar e isso faz com que o olhar do outro seja diferenciado sobre a sua pessoa pois no momento em que me aceito o outro passa a me compreender, a ver o quanto somos capazes, a te admirar.(MC)*

**Chefia 1:** *Acho necessária a inclusão de PNEs no mercado de trabalho porém como disse anteriormente sou contra as cotas de todas as formas. Para mim todos são iguais e tem as mesmas condições de por mérito e esforço se fazerem reconhecidos e incluídos, não necessitando se valer de cotas para isto.(A)*

**Chefia 2:** *Acho necessária a inclusão de PNEs no mercado de trabalho porque “de outra forma eles não teriam chances”, desde que eles gostem e tenham condições de fazer o trabalho. Porque nosso trabalho é uma rotina e muitos não conseguem ou não querem. (MJ)*

De fato, através dos dados coletados, o estudo realizado confirma que a inclusão dos PNEs no mercado de trabalho é considerada como um fato. Uma necessidade que corrobora em todas as opiniões, embora para as chefias seja vista muitas vezes como facilitação *“para mim todos são iguais e tem as mesmas condições de por mérito e esforço se fizerem reconhecidos e incluídos, não necessitando se valer de cotas para isto”*(A) e até mesmo cabide de empregos onde muitas pessoas sentem-se protegidas, pois sabem que não serão demitidas ou melhor, a instituição onde eles trabalham terá maior dificuldade de demiti-los e assim sendo trabalham de qualquer forma, sem profissionalismo.

Para França (2011)

Um dos maiores problemas de acesso ao mercado de trabalho é o estigma, o preconceito, a visão distorcida sobre as pessoas deficientes (...) há a generalização indevida, que consiste na transformação da totalidade da pessoa com deficiência na própria deficiência, na ineficiência global. O empregadorismo e a empregabilidade exigem uma polivalência do trabalhador para desempenhar funções diversas, já que é necessário manter a competitividade, através da autonomia profissional e da independência pessoal, constituindo um novo tipo de trabalhado.

Confirmando França o inciso N da Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2009) reconhece

a importância, para as pessoas com deficiência, de sua autonomia e independência individuais, inclusive da liberdade para fazer as próprias escolhas, os Estados reconhecem o direito das pessoas com deficiência ao trabalho, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. Esse direito abrange o direito à oportunidade de se manter com um trabalho de sua livre escolha ou aceitação no mercado laboral, em ambiente de trabalho que seja aberto, inclusivo e acessível a pessoas com deficiência.

Visto sobre este prisma, as organizações que se preocupam com o cunho social e com o resgate da cidadania diversificando suas contratações, enfocando a capacidade da pessoa e não as deficiências alcançam mais benefícios comerciais e melhoram a sua imagem institucional.

**Pergunta 3:** Qual a sua *“interpretação”* a respeito da lei de cotas para inclusão de PNEs?

**PNE 1:** *Para mim estas leis, decretos, convenções auxiliam ao PNE. Como disse antes, fazem a gente se sentir participante e integrante da sociedade. Pessoas produtivas, úteis com oportunidade de mostrar sua capacidade produtiva e intelectual.*

**PNE 2:** *Para mim a Lei de Cotas beneficia o PNE, abre portas para que ele passe a fazer parte do mercado de trabalho, mas é uma faca de dois gumes porque dependendo da empresa “tu” és apenas um número, uma estatística. “Tu” entras para desempenhar uma função e por mais que “tu” tenhas capacidade e formação para desempenhar funções mais específicas, não te oportunizam ou muitas vezes não te reconhecem não te permitem por esta condição ‘imposta’ pela lei de cotas desempenharem outra função. “Portanto quando entras no trabalho pela Lei de cotas as chefias já te recebem com um estigma, com preconceitos, muitas vezes por desconhecerem tua doença,”*

**Chefia 1:** *Penso que a Lei de Cotas é mais segregacionista do que inclusiva, visto que, a lei dá a entender que PNEs não são capazes de conseguir vencer sozinhos, são “coitadinhos” e “incapazes” e eu não comungo com esta idéia. Para mim são pessoas como outra qualquer sem diferenciação.*

**Chefia 2** *É uma Lei importante. A Lei de Cotas propicia de certa forma a inclusão dos PNEs no trabalho. Antes não se via tantos assim. Eles estão em todas as partes; supermercados, postos de gasolina. etc.*

A partir das respostas dos entrevistados pode-se perceber a dubiedade que determinadas leis exercem tanto sobre os PNEs como sobre as instituições. Nota-se o despreparo das instituições e o desconhecimento que ainda existe em relação a Lei de Cotas. Em 20 anos de existência ainda se engatinha em relação a Lei de Cotas. Esta Lei em determinados lugares abre as portas, mas, o desconhecimento das potencialidades dos PNEs ali inseridos não lhes permite desenvolvê-las.

Segundo Harber em sua pesquisa *Pessoas com Deficiência: expectativas e percepções sobre o mercado de trabalho* (2011, documento eletrônico)

84% dos funcionários com deficiência costumam ser contratados para trabalharem em cargos administrativos nas empresas brasileiras. Contudo, nem todos costumam ser favorecidos com boas oportunidades. “Esse é o principal gargalo do setor: a baixa qualidade das vagas oferecidas para as pessoas com deficiência. São vagas de base, operacionais. É quase impossível encontrar uma oportunidade de gerente ou coordenador, por exemplo

Percebe-se também que a preferência das instituições é por deficiências mais leves e que muitas vezes o bloqueio das contratações não é do departamento de recursos humanos, nem das chefias, mas, de uma ausência cultural do gestor destas unidades de ensino. “uma tem problema no pé, outra visão, outra de motricidade fina e temos que adaptá-los dentro da biblioteca e ver como se encaixam”.

O reconhecimento das potencialidades das PNEs no exercício das funções não está vinculado a seu grau de instrução visto que os sujeitos deste estudo possuem nível técnico e superior *Tu” entras para desempenhar uma função e por mais que “tu” tenhas capacidade e formação para desempenhar funções mais específicas, não te oportunizam ou muitas vezes não te reconhecem não te permitem por esta condição ‘imposta’ pela lei de cotas desempenhar outra função.”(MC)*. Muitas instituições ainda fazem a seleção de seus futuros funcionários PNEs, não pela sua competência, mas sim pela sua deficiência.

**Pergunta 4:** Quais foram as adaptações necessárias para a inclusão em relação à limitação?

**PNE 1:** *A instituição em si não realizou adaptações para que eu desenvolvesse minhas atividades mas, tudo foi se adaptando naturalmente, tendo em vista uma atitude independente e a desenvoltura das bibliotecárias que atuam comigo em parceria e equipe. Ainda está em estudo uma forma de adaptar as lombadas dos livros ao Braille para que a atividade de guarda de livros possa ser realizada por mim. Tu percebeu que não temos elevador e a biblioteca é no 4º piso, já subo tranqüilamente as escadas.(AC)*

**PNE 2:** *a instituição não realizou nenhuma adaptação em relação a minha limitação para a função designada, embora a instituição conte com alguns itens que facilitam a adaptação de outros portadores como por exemplo: elevador dentro da biblioteca, transporte para locomoção das pessoas com mobilidade reduzida dentro do campus ( prefiro usar minha bengala para me sentir mais autônoma) e monitores com telas grandes para baixa visão.(MC)*

**Chefia 1:** *A instituição não realizou nenhuma adaptação. Nós da biblioteca como chefia e para facilitar o andar do nosso trabalho criamos alguns meios de autonomia para a AC e outros que estão em estudo, como as lombadas em braille. O desempenho da funcionária*

*PNE que atua na biblioteca é tão natural e tão eficiente que é como se não houvesse barreiras de limitação visual (A---)*

***Chefia 2:*** *A instituição não realizou nenhuma adaptação ao contratar PNEs. Apesar de existirem alguns itens de acessibilidade na instituição como elevadores na biblioteca, um carrinho pra se deslocar pelo campus e monitor com tela maior. Eles vêm para o setor vemos onde podem ser encaixados ou em qual atividade ele se enquadra melhor. Isto é muito da pessoa. Vemos: foram escolhidas tem dificuldades de exercer a função aí temos que ver qual perfil ela se enquadra para trabalhar. Normalmente no atendimento, pois temos muitas atividades que eles não podem realizar. Guarda de livros, pois tem problema no pé, baixa visão não pode trabalhar no acervo e assim por diante (MJ)*

A partir das narrativas percebe-se que adaptação na maioria das vezes para incluir as PNEs não é realizada. Eles são contratados e a partir daí têm que se adaptar ao meio. Não existe uma política assistiva de inserir, propiciar o acesso e a inclusão para pessoas com deficiência. Percebe-se que ainda elas são contratadas para cumprir uma exigência trabalhista. A inclusão social e real com acessibilidade direta e autonomia respeitando não apenas a lei, mas a diversidade não é percebida. O Brasil vem apresentando um considerável avanço com relação à empregabilidade de pessoas com deficiência, mas ainda há um grande caminho a percorrer.

**Pergunta 5:** Existe uma interação entre a chefia da biblioteca e os PNEs?

***PNE 1:*** *Sim existe. As bibliotecárias são parceiras em todo tempo. No início tivemos que nos adaptar, mostrar do que era capaz, mas hoje estou de certa forma tão integrada ao espaço da biblioteca e aos alunos que nem me percebo como uma pessoa com limitações visuais. (AC)*

***PNE 2:*** *A interação entre a chefia e os PNEs é normal. Igual a com os não PNEs. Todos com respeito.(MC)*

***Chefia 1:*** *Sim existe, o desempenho da funcionária PNE que atua na biblioteca é tão natural e tão eficiente que para mim é como se não houvesse barreiras de limitação visual.*



*A interação e inclusão da funcionária PNE foi gradativa e natural visto que não considero a AC como “diferente”.(A---)*

***Chefia 2:*** *Sim, existe. A interação com os PNEs não tem problema, é a equipe da biblioteca. Para mim são normais sem maiores problemas.(MJ)*

Percebe-se que a interação entre chefias diretas existe, sem maiores problemas. Todos são tratados igualmente. Eles interagem muito bem entre si nos setores. Apenas o que se percebe por algumas perguntas paralelas a entrevista é a grande rotatividade. Ao sentir que não poderão crescer dentro da empresa ou que não terão maiores espaços apesar de possuir qualificação muitos pedem demissão e vão a procura de outro trabalho. A percepção de que a legislação está abrindo espaço para elas, de que o mercado está favorável faz com eles não fiquem sob o protecionismo de um emprego partem em busca de uma carreira.

***Pergunta 6:*** *A biblioteca promove algum tipo de atividade que vise esclarecimentos sobre Inclusão de PNEs e a Lei de Cotas dentro da instituição?*

***PNE 1:*** *Não. Até agora não foi realizado nada.*

***PNE 2:*** *Não, as atividades que visem esclarecimentos sobre inclusão de PNEs e Lei de Cotas não acontecem dentro da Instituição “apesar de vários portadores trabalharem dentro da instituição até o momento não vi nenhuma manifestação ou divulgação de nenhum tipo de atividade esclarecedora sobre este assunto” (MC)*

***Chefia 1:****Não, isto não acontece aqui na instituição*

***Chefia 2:*** *A unidade não realiza atividades de esclarecimento. Até hoje não vi. Talvez entre os alunos, mas com os funcionários não. Talvez agora com as novas atividades, palestras passem a dar alguma abertura para este assunto. Nem ao contratar as PNEs.*

É notório o fato de que as instituições não realizam atividades de esclarecimento sobre inclusão. As políticas empresariais não estão preparadas para este tipo de inclusão. Elas se esquecem de preparar seus empregados, muitas vezes até mesmo a chefia com quem esta PNE vai trabalhar. Elas deviam preparar principalmente as áreas suporte com quem eles trabalharão constantemente. Os

instrutores que vão ministrar palestras ou cursos devem ser pessoas preparadas e com material adequado. Um trabalho de sensibilização com os gestores com quem eles vão trabalhar seria de grande valia para ambos os lados não no sentido de assistencialismo, mas de inclusão. O papel da biblioteca é fundamental para o desenvolvimento do senso crítico, dinâmico e interativo. O bibliotecário como gestor de uma unidade de informação deve promover ações que auxiliem a transformar o meio onde as PNEs estão incluídas possibilitando o direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

## 9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade e o trabalho se modificaram ao longo dos tempos. Não podemos negar que vivemos em uma sociedade desigual. Da valorização do corpo perfeito pelos gregos onde crianças eram eliminadas e da influência da Igreja onde as deficiências eram consideradas frutos de um pecado até os dias de hoje muitos paradigmas foram mudados. As políticas públicas têm estimulado a inclusão de grupos antes discriminados. No Brasil temos uma das legislações mais avançadas sobre as Pessoas com Necessidades Especiais. Dentre elas existe a Lei de Cotas que garante um percentual de vagas dentro das empresas para as PNEs. A mentalidade das empresas ainda precisa avançar. Precisam entender que incluir é mais do que simplesmente contratar para cumprir a lei ou inserir. É realmente interagir e contribuir no meio minimizando o preconceito. Mas para que isto ocorra a mentalidade deve ser modificada na raiz do problema. E isto começa na escola. O princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. Muitas mudanças têm ocorrido nas gestões das escolas sensibilizadas com as diferenças: projetos comuns de desenvolvimento pedagógicos e sociais, desenvolvimento de valores dentro da comunidade da escola estimulando a inclusão de todos os alunos e a troca de conhecimentos bem como, o estímulo a que professores, sejam eles, do ensino comum ou do ensino especial, unam suas forças em atividades que possam ser desenvolvidas em sala por ambos em prol de uma escola menos excludente.

A verdade é que para termos uma educação de qualidade devemos ter escolas bem equipadas, instalações que respeitem a real acessibilidade, profissionais capacitados e valorizados e com a preocupação de formar alunos com uma aprendizagem de real valor, preparando o seu desenvolvimento profissional e pessoal. Para isto a atuação da direção das escolas é fundamental. Ela deve guiar estimular a “construção” de uma escola preocupada em incluir, ser intermediária na comunicação livre com o corpo docente da escola, planejar as atividades em conjunto, compartilhar experiências bem sucedidas e valorizar as conquistas por menores que sejam. A gestão compartilhada aumenta as possibilidades de promoção das competências que permitem autonomia e acesso pleno da cidadania por parte de todos.

A esta idéia se une a biblioteca. O papel da biblioteca é fundamental para o desenvolvimento do senso crítico, dinâmico e interativo. Esta influência deve ser desenvolvida dentro das instituições em relação às PNEs que não devem ser vistas apenas como projeto de acessibilidade ou de adequação de mobiliário, mas devem fazer parte do quadro funcional deste meio mostrando para o mercado de trabalho a sua capacidade como profissional de exercer as funções que lhes são atribuídas trazendo a estas instituições lucros e benefícios. O bibliotecário como gestor de uma unidade de informação deve promover ações que auxiliem a transformar o meio onde as PNEs estão incluídas possibilitando o direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas. Ainda que este estudo nos tenha mostrado resultados positivos e estimuladores evidenciando que a inclusão das PNEs é um fato é certo que muito ainda deve ser feito. Muitas mudanças ainda devem ocorrer quanto à conscientização das instituições para uma maturidade institucional sobre a inclusão no trabalho e dos governos em não criar leis protecionistas, mas investir na conscientização, nos investimentos nas melhorias das escolas.

Espera-se que o novo Plano Nacional da Pessoa com Deficiência sob o Decreto 7612 artigo 84 inciso VI alínea “a”, melhore ainda mais as condições das PNEs na sociedade. Certo é que a luta continua por uma sociedade mais inclusiva, menos assistencialista, menos paternalista para que as PNEs sintam-se respeitadas dentro da instituição para a qual foram contratadas.

## 10 CONCLUSÕES

Com este estudo pode-se perceber que existe a inclusão das PNEs no mercado de trabalho. Através das narrativas dos entrevistados, porém, muito ainda há para ser feito. A lei de cotas que completa 20 anos de existência abriu muitas portas para a inclusão das PNEs. O que ainda resta a fazer é desenvolver uma conscientização dentro das empresas para que esta parcela da população seja realmente incluída minimizando o preconceito.

O Brasil possui uma das maiores legislações a este respeito. Basta que sejam cumpridas realmente e teremos uma sociedade melhor onde as PNEs realmente façam parte sem assistencialismo. Só a maturidade institucional poderá proporcionar a verdadeira inclusão social onde todos são vistos com igualdade de direitos.

Direito a acessibilidade de todas as formas, a um trabalho a sua livre escolha, com aceitação no mercado laboral em um ambiente inclusivo é o desejo não só dos PNEs, mas de todos nós. Por que não tornar isso uma prática do dia-a-dia para sermos pessoas mais felizes e sensibilizadas com as diferenças?

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Bibliotecas Públicas e Bibliotecas Alternativas**. Londrina: UEL, 1997. 171p.

ATAXIA de Friederich. [S.l.: s.n., 2010?]. Não paginado. Disponível em: <http://www.babelfamily.org/pt/o-que-e-a-ataxia-de-friedreich>. Acesso em: 20 de nov. 2011

BIANCHETTI, Lucídio. Aspectos Históricos da Apreensão e da Educação dos Considerados Deficientes. In: BIANCHETTI, Lucídio; FREIRE, Ida Maria (Org.). **Um Olhar sobre a Diferença: interação, trabalho e cidadania**. 6. ed. Campinas: Papirus, 2004.

BRAGANÇA, Soraya et al. **Igualdade nas diferenças: os significados do “ser diferente” e suas repercussões na sociedade**. Porto Alegre: UERGS, 2009.

BRASIL. Bibliotecas escolares passarão a ser obrigatórias. **Senado Federal**. 2010. Brasília. Não paginado. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/bibliotecas-escolares-passarao-a-ser-obrigatorias.aspx>. Acesso em: 25 jul. 2011.

BRASIL. **CLT, CPC, legislação previdenciária e constituição federal**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 1307, 22 p.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%a7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%a7ao.htm). legislação.> Acesso em: 29 jun. 2011.

BRASIL. **Decreto 6.571, de 17 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado. Não paginado. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm). Acesso em: 25 jul. 2011.

BRASIL. **Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011**. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite. Não paginado. Disponível: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm)>. Acesso em: 23 nov. 2011.

CAMPBELL, Selma Inês. **Múltiplas faces da inclusão**. Rio de Janeiro: Wak, 2009. 221 p. ISBN 9788578540449  
COLEGIO MARISTA SÃO PEDRO [Homepage]. Porto Alegre: [s.n., 2010?]. Disponível em: < <http://colegiomarista.org.br/saopedro/biblioteca>>. Acesso em: 25 ago. 2011.

CONFERENCIA MUNDIAL SOBRE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS, 1994, Salamanca. **Declaração de Salamanca sobre Princípios Políticas e**

**Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.** [S.l.: s.n.], 1998. Não paginado. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 05 jun 2011.

CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA AS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA, 1999, Guatemala. **Convenção de Guatemala.** [S.l.:s.n.], 1999. Não paginado. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/guatemala.pdf>. Acesso em 25 jul.2011.

COSTA, Adriana et al. **Estudo de usuário na Biblioteca Pública Municipal Josué Guimarães.** Porto Alegre: UFRGS, 2010. 35 f. Projeto de pesquisa (graduação em Biblioteconomia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Porto Alegre, 2010.

CUNHA, Murilo Bastos da. Construindo o futuro: a biblioteca universitária brasileira em 2010. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 29, n. 1, p. 71-89, jan./abr. 2000 FACULDADE PORTOALEGRENSE [**Homepage**]. Porto Alegre: [s.n., 2010?]. Disponível em: <http://www1.fapa.com.br/php/home.php> Acesso em: 25 ago 2011.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. **O direito das pessoas com deficiência: garantia de igualdade na diversidade.** Rio de Janeiro: WVA, 2004. 343 p.

FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos. **As PNEEs , a diversidade e a sociedade.** [S.l.: s.n.], 2011. Não paginado. Disponível em: [http://moodleinstitucional.ufrgs.br/file.php/13942/PNEEs\\_diversidade\\_sociedade.ppt](http://moodleinstitucional.ufrgs.br/file.php/13942/PNEEs_diversidade_sociedade.ppt) . Acesso em 17 nov 2.011

GALVÃO FILHO, T. A.; DAMASCENO, L. L. Tecnologias Assistivas na Educação Especial. **Presença Pedagógica**, Belo Horizonte: Dimensão, v. 9, n. 54, p. 42, 2003. Disponível em:< [www.anped.org.br/reunioes/28/textos/gt15/gt15103int.doc](http://www.anped.org.br/reunioes/28/textos/gt15/gt15103int.doc) >. Acesso em 25 out 2011.

GASPAR, Vinícius Garcia. **Pessoas com deficiência e o mercado de trabalho: histórico e o contexto contemporâneo.** 2010. 185 p. Tese (doutorado em Desenvolvimento Econômico)- Instituto de Economia da UNICAMP, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991. 159 f.

HARBER, Jacques. **Pessoas com Deficiência: expectativas e percepções sobre o mercado de trabalho.** [S.l.: s.n.], 2011. Não paginado. Disponível em: <<http://www.deficiente.com.br/site/component/content/article/65-trabalho/1087>>. Acesso em: 09 nov. 2011.  
homem-padrão. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.16, n.3, jul.-set. 2009, p.715-728. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v16n3/09.pdf>> Acesso em 23 de setembro de 2011.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Dicionário Houaiss de sinônimos e antônimos**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003. 953 p.

<http://www.oas.org/dil/port/1945%20Carta%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas.pdf> Acesso em: 25 jul 2011.

INCLUSÃO das pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Brasília: MTE, SIT, DEFIT, 2007. 98 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE E CORDE abrem encontro internacional de estatísticas sobre pessoas com deficiência. 2005.p.1. Disponível em:

[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=438&id\\_pagina=1](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=438&id_pagina=1). Acesso em: 26 jul. 2011.

INSTITUTO ETHOS. O que as empresas podem fazer pela inclusão das pessoas com deficiência. São Paulo, 2002.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 6. ed., rev e ampl. São Paulo: Atlas, 2007. 289 p.

MILANESI, L. **O que é biblioteca**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

OLIVEIRA, Cristiane Cardoso de. **O trabalhador portador de deficiência física e sua inclusão no mundo do trabalho**. 1999. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)-Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1999.

OLIVEIRA, Maria. Marly. de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Recife: Bagaço, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Carta das Nações Unidas**. 1991. Disponível em: < <http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/pm/Tratados/carta-onu.htm> > Acesso em: 23 jun. 2011.

PEREIRA, Ray. Diversidade funcional: a diferença e o histórico modelo de PINHEIRO, Edna Gomes et al. **MARKETING OLFATIVO: um jeito inovador de sentir a biblioteca universitária - do visível ao invisível**. In: Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias 14., 2008, São Paulo. **Anais...** . São Paulo: Consórcio Cruesp Bibliotecas, 2008. Disponível em: <http://www.sbu.unicamp.br/snbu2008/anais/site/pdfs/2622.pdf>. Acesso em: 24. jul. 2011.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso**. São Paulo: Atlas, 2006. 308 p.



ROSTIROLLA, Gelci. **Gestão do conhecimento no serviço de referência em bibliotecas universitárias**: uma análise com foco no processo de referência. 2006. 175 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2006. Disponível em: <<http://www.cin.ufsc.br/pgcin/GelciRostirolla.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2011.

TARGINO, Maria das Graças. Biblioteconomia, Informação e Cidadania. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v, 20, n. 2, p. 149-160, jul/dez.

UNESCO/IFLA. **Manifesto da IFLA/UNESCO para Biblioteca Escolar**. 2009. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>>. Acesso em: 23 jul. 2011.

VYGOTSKI, L. S. **Obras Escogidas**. 2. ed. Madrid: Visor, c1997. 6 t. t.5: fundamentos de defectología.

YIN, Robert K. . **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. 212 p.

## APÊNDICE A – Roteiro da Entrevista

1. Qual seu nome?
2. Qual a tua função na biblioteca?
3. Como percebes a inclusão de pessoas portadoras de deficiência no mercado de trabalho?
4. Qual a importância para você da inclusão de PNE's no mercado de trabalho?
5. Qual a sua interpretação a respeito da lei de cotas para inclusão de PNE's?
6. Quais foram as adaptações necessárias para a inclusão em relação à limitação?
7. Existe uma interação entre a chefia da biblioteca e os PNE's?
8. A biblioteca promove algum tipo de atividade que vise esclarecimentos sobre Inclusão de PNE's e a Lei de Cotas dentro da instituição?

## APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Visa à autorização da participação do sujeito no estudo de caso que tem como objetivo \_\_\_\_\_ (colocar aqui o tipo de instituição) tendo como sujeitos \_\_\_\_\_. Este estudo será realizado \_\_\_\_\_. Além de esclarecer minha decisão em participar, na \_\_\_\_\_ (colocar aqui o nome da instituição) declaro ter recebido e compreendido as informações constantes neste documento.

Eu, \_\_\_\_\_, abaixo assinado declaro estar ciente das informações relativas à minha participação. Aceito que os dados coletados permaneçam como propriedade da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Porto Alegre, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2011.

Nome Completo:

Nº da Carteira de Identidade:

Assinatura:

Pesquisador responsável:

Orientador responsável:

Endereço para contato: